



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ DO DIA 9 DE MARÇO DE 2018

Aos 9 dias do mês de março de dois mil e dezoito, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alijó.-----

Dos trinta e cinco membros que a compõem, faltou a esta sessão a Sr.^a Deputada Filomena Margarida Gonçalves Marques. -----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Senhor Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, os Senhores Vereadores Sónia Pires, Mafalda Mendes, Miguel Rodrigues, Luís Azevedo e Margarida Cascarejo.-----

A sessão foi iniciada pelo Presidente da Mesa, José Canelas, e secretariada pelos Senhores Secretários Mário Vaz e Denisa Simão.-----

Verificada a existência de "quórum" foi, pelo Senhor Presidente, declarada aberta a sessão quando eram 14.50 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:-----

UM: Exposição do Senhor Presidente da Câmara; -----

DOIS: Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Alijó; -----

TRÊS: "Eleição de quatro elementos e suplentes para integrem a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO; -----

QUATRO: 27.^a modificação aos documentos previsionais de 2017 para tomar conhecimento; ---

CINCO: Moção, enviada pela Assembleia Municipal de Bragança – Produção de Castanha em Bragança; -----

SEIS: Adesão à Associação denominada "Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro; --

SETE: Proposta de revisão do quadro plurianual de programação orçamental; -----

OITO: 4.^a modificação aos documentos previsionais de 2018 – Revisão Orçamental; -----

NOVE: Alteração de despesa dos transportes escolares 2017/2018 – Transportes públicos – Empresa Rodonorte, Transportes Portugueses S.A.; -----

DEZ: Proposta de constituição da comissão no âmbito do património municipal. -----

PRESIDENTE DA MESA: -----

Abriu período de inscrições para sugestões de alterações à ata, tendo-se inscrito os Srs. Deputados, Luís lameiras e Cláudio Vilela. Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): -----

Cumprimentou os presentes e defendeu que a ata deveria continuar a ser uma transcrição fiel àquilo que os Srs. Deputados expuseram e defenderam durante a sessão de trabalhos pois, da forma como aquela última tinha sido realizada, muitas das ideias defendidas pelos mesmos não tinham sido vertidas para o documento final. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): -----

Cumprimentou os presentes e disse que concordava com o defendido pelo Sr. Deputado Luís Lameiras, pois também considerava que as atas deveriam refletir tudo o que seja dito nas sessões de trabalho sob pena de não transmitir fielmente o pensamento de cada Deputado. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Apelou ainda, de modo a facilitar o trabalho dos técnicos que transcrevem a ata, que os Srs. deputados que tenham declarações e intervenções escritas as pudessem fornecer aos técnicos da Câmara Municipal. -----

PRESIDENTE DA MESA: -----

Concordou com as sugestões dos Srs. Deputados e sugeriu que a ata daquela reunião fosse já realizada em discurso direto. Não havendo objeções àquela proposta colocou a votação a ata da sessão anterior, tendo sido a mesma aprovada com três abstenções e trinta votos a favor. -----

De seguida informou que a Sr.^a Deputada Estela Teixeira suspendeu o mandato, sendo substituída pelo Sr. Deputado Elias Eiras, o qual prestou juramento no início da sessão. -----

A Mesa felicitou os novos Presidentes das Concelhias. Do PS, António Fernandes e do CDS-PP, Rui Lopes, recentemente eleitos, desejando-lhes um bom trabalho nas novas funções.

Propôs um voto de pesar por um conterrâneo que faleceu em fevereiro, um munícipe nascido em Presandães, o Dr. Vítor Costa. Destacou-se nas lutas académicas de 61/62, foi professor universitário em Coimbra. Foi Deputado na Assembleia Municipal de Coimbra e Deputado na Assembleia da República. Desde 2011 era Presidente da Mesa da Assembleia da Adegua Cooperativa de Alijó, tendo sido também um dos fundadores em 1960. -----

Deu a palavra ao Sr. Deputado Alípio Alves para se referir sobre esta personalidade. -----

DEPUTADO ALÍPIO ALVES (PS): -----

Cumprimentou os presentes e disse: Queria congratular-me com esse voto de pesar, porque foi um homem de Presandães, da freguesia de Alijó, um homem muito conhecido, que ajudou o pai a construir aquele edifício. Um homem muito culto e que elevou sempre o nome de Alijó em todo o lado onde esteve. Um homem que tinha aqui muito amigos, não só na freguesia de Alijó, mas também no Concelho. Queria também fazer então esse reparo e comungar do mesmo voto de pesar em termos de alijoense. Foi um grande alijoense que nós aqui tivemos sempre a defender-nos em todo o lado. -----

PRESIDENTE DA MESA: -----

Eu apenas tive oportunidade de o conhecer neste período da Adegua Cooperativa de Alijó, mas é um homem que soube também, permitam-me partilhar convosco, também soube morrer, porque perante uma situação complicada preferiu não ser tratado. -----

Colocou à consideração da Assembleia o voto de pesar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e ser enviado à família do falecido. -----

Continuou informando que o Bloco de Esquerda fez chegar à Mesa uma moção para ser incluída na ordem do dia. Como a mesma chegou após o envio da ordem para os Srs. Deputados propôs que a mesma fosse apresentada pelo Sr. Deputado António Pereira.

Informou ainda que era um tema atual e uma preocupação de todos na região, a instalação de uma mina de urânio a céu aberto junto à fronteira espanhola, em território espanhol. Colocou à consideração do plenário a introdução desta moção como sendo o último ponto da ordem do dia. Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela para se pronunciar sobre o assunto. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Da nossa parte não vejo qualquer objeção, no entanto, eu ia sugerir, atendendo a que nós não recebemos o texto, não tivemos tempo de analisar, não

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

3

vamos ter tempo de analisar daqui até ao final, porque vamos estar sempre aqui nos trabalhos, sugeria que essa moção fosse para a próxima Assembleia Municipal, não vejo qualquer impedimento para que assim seja. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.ª Deputada Glória Veiga. -----

DEPUTADA GLÓRIA VEIGA (PSD): -----

Cumprimentou os presentes e disse: Da minha parte não vejo qualquer objeção e o grupo aqui também não vê qualquer objeção à entrada do ponto. Penso que é um assunto por demais atual. Pode perder a sua eficácia ao estarmos à espera para a próxima Assembleia e penso que é um assunto que todos conhecemos. O Sr. Deputado vai ter tempo de o explicar, acho que não é nada de tão complexo que não possamos hoje, decidir aqui, dentro da Assembleia. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Pereira. -----

DEPUTADO ANTÓNIO PEREIRA (B.E.): Só queria esclarecer que é apenas uma moção para expressar a preocupação da nossa Assembleia, que representa a nossa comunidade, que representa o nosso território, sobre a instalação de uma mina de urânio a céu aberto, aqui muito próximo da nossa fronteira, a cerca de 35Km. Não foi realizado nenhum estudo de impacto ambiental. Os espanhóis, neste momento, têm máquinas no terreno, estão a fazer terraplanagens. Não cumpriram aquilo que está estabelecido em termos de legislação europeia quanto à necessidade de realização de estudos de impacto ambiental quando existem impactos comuns transfronteiriços. -----

Isso está tudo explicado aqui na moção. Eu depois poderei lê-la, ela é um bocadinho longa, mas o principal deste texto é mostrar a nossa preocupação. Não tem nada de anormal, mas mostrar a nossa preocupação e exigir a realização de um estudo de impacto ambiental que seja comum a Portugal e a Espanha. É só isto. Mas depois eu poderei lê-la integralmente, com a argumentação que foi preparada, para os Srs. Deputados poderem perceber mais eficazmente do que se trata. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e disse: Eu acho que devemos propor já se aceitamos a introdução deste ponto na ordem de trabalhos, visto que o Sr. Deputado praticamente apresentou a intenção e o conteúdo, eu acho que é pertinente, uma vez que, como disse a senhora deputada Glória Veiga, vai perder o seu efeito prático. Portanto, deixo à consideração do Sr. Presidente a propor a votação da inclusão do ponto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): -----

Cumprimentou os presentes e disse: Aqui não está em causa a veracidade e até o sentido prático e a responsabilidade e até a obrigação que todos temos em defender o que é nosso património e, neste caso, a moção. O que está em causa, e aquilo que eu sugeria, e para não votarmos um assunto às escuras, de qualquer maneira, eu fazia aqui uma sugestão. Com certeza que irá haver um ligeiro intervalo nesta Assembleia. Adiar-se-ia o ponto para depois do intervalo e, durante o intervalo, as pessoas que realmente se interessem em ler o texto já viriam mais avaliadas para depois votarem em consciência. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Não se trata de uma questão política, não se trata de nada. O que se trata é da responsabilidade que todos temos ao votar o que quer que seja. E isto não põe em causa o trabalho e o mérito de quem apresentou esta moção. É por uma questão de responsabilidade e sabermos o que estamos a fazer e não irmos votar à pressa uma coisa que podemos fazer em consciência. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Eu também não vejo qualquer inconveniente em que essa moção possa fazer parte da ordem do dia. De todo o modo e tal como disse o meu colega de bancada António Fernandes, eu julgo que faz todo o sentido os Deputados terem conhecimento do texto da fundamentação, para que depois se possam pronunciar acerca do mesmo. Acho que não faz sentido nenhum, estar uma moção, seja acerca do que for, não interessa, estar aqui a ser discutida ou estar aqui a ser votada, sem sequer se conhecer o teor daquilo que é a moção. Não vejo inconveniente de que ela possa ser introduzida no período da ordem do dia mas, como é evidente, os Deputados devem ter conhecimento de causa e portanto devem, saber aquilo de que trata essa moção. -----

PRESIDENTE DA MESA: Nós estamos perante duas páginas fáceis de ler e eu só peço ao plenário se aceita introduzir o assunto na ordem do dia e, nessa altura, eu pediria ao Bloco de Esquerda, quem o apresenta, que lesse essas páginas e aí se votasse, porque não vejo o conteúdo tão polémico, porque é uma preocupação de todos os cidadãos do nosso Concelho. ---

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Pereira. -----

DEPUTADO ANTÓNIO PEREIRA (B.E.): As moções são para apresentar na assembleia, não é verdade? Não sei porque é que esta questão se está a colocar? -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Sr. Presidente eu acho que não ouviram bem as minhas primeiras palavras. Eu disse que nós não obstaculizávamos a entrada da moção. Foi isso que eu disse. Sugeria, se fosse possível, para um melhor enquadramento, que fosse na próxima sessão. Mas não vimos qualquer obstáculo a que seja hoje. -----

PRESIDENTE DA MESA: Eu diria para esta sessão pela atualidade do assunto, simplesmente. Colocou a votação a introdução da moção na ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade a introdução da moção na ordem do dia. -----

Deu conhecimento do expediente recebido e enviado: -----

Um pedido para a designação de elementos e suplentes para a Assembleia Intermunicipal da CIMDouro; -----

Um convite da Associação Cultural o Plátano de Alijó, para o encontro de Cantadores de Janeiras, no Teatro Auditório Municipal de Alijó; -----

Da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), um alerta para o nível de endividamento da Câmara Municipal em 31 de dezembro de 2016. Trata-se de uma informação obrigatória por lei. Resumidamente, a dívida da Câmara Municipal nessa altura estaria nos 14 milhões de euros. Posso-me regozijar, que no final de 2017, não sei se serão os números finais, essa dívida está nos 12 milhões. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signatures and the number 5.

Uma moção da produção de castanha em Bragança, um ponto que será posto a aprovação, que chegou da Assembleia Municipal de Bragança. -----

Da Câmara Municipal chegaram as atas de 20/12, 12/01 e 19/01. -----

Uma carta que faz uma denúncia ou um apelo aos procedimentos concursais na Câmara Municipal. Apela à transparência e que o recrutamento de trabalhadores públicos se cinja à Lei e no princípio da igualdade, no princípio da imparcialidade e, sobretudo, na administração pública. Faz aqui alguns reparos, em que identifica algumas pessoas que possam estar a ser envolvidas neste recrutamento. Dou conhecimento porque a pessoa que a enviou para a Assembleia Municipal terá também enviado para o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vice-presidente, para os próprios grupos municipais e ficaria disponível na correspondência. -----

Da Associação Nacional das Assembleias Municipais chegou o convite para o segundo encontro de Presidentes, que se realizou recentemente. Eu próprio não estive. Achei que é um pouco redundante pois já pertencemos à Associação Nacional de Municípios. Já me chegou informação mais recente, sobre cotas e quando avaliarmos do custo que isto tem e do interesse público para a nossa autarquia, nós faremos chegar na próxima Assembleia. -----

Do Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, um convite para participar num debate, que se realizará amanhã em Vila Real, na UTAD, subordinando ao tema, descentralização - entre consenso e bom senso. Julgo o tema muito interessante, sobretudo para nós que somos do interior e tanto se fala de regionalização. Eu próprio já me inscrevi para estar presente amanhã na UTAD.

Perguntou se havia elementos do Público que gostariam de colocar alguma questão, tendo-se inscrito os Srs. António Santos para falar sobre a construção do polivalente do Castedo e António Lousa para falar sobre os incêndios de 2017. Deu a palavra ao Sr. António Santos. -----

SENHOR ANTÓNIO SANTOS: -----

Cumprimentou os presentes e disse: Venho aqui simplesmente para pedir ao Sr. Presidente que me explicasse a obra que estão a fazer no Castedo porque, para mim, a obra não tem pés nem cabeça. À uma, já dizem que não vai ser concluída. À outra, não tem as medidas. O Sr. pode rir-se, fazer o que quiser, eu peço é que me responda. Fazem uma zona de lazer, não tem um bebedouro, não leva um candeeiro, nada. Um bebedouro, aonde as pessoas vão estar durante o verão e assim, nem um bebedouro de água leva. -----

Com respeito ao polivalente, não é eletrificado, segundo sei, porque as pessoas não mentem, porque já nem puseram o projeto na obra para nós vermos, porque se eu soubesse o projeto já tinha visto as coisas, já sabia o que vinha aqui dizer, mas é só pelo que dizem. -----

A vedação do polivalente dizem que não fica concluída, que é para depois irem para lá animais e o que calhar e aquilo estar ao abandono. -----

Com respeito ao fazerem-se lá jogos, ou torneios, que aquilo é para o que serve, se vai haver uma festa, se convidam, umas equipas da ponta do Concelho, ao fim não ficam à festa. E porque é que não ficam à festa? Porque não tem condições, o polivalente, para as pessoas que vêm. A pessoa está suada, queria tomar um banho, não fica com chuveiro. Leva duas casas de banho, chuveiros não existem lá. Eu já fui à obra, tem azulejo e não vejo lá. E as pessoas dizem

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

6

que não leva e não tem a comodidade para levar esses utensílios. Gostava que o Sr. Presidente explicasse o porquê? Ou quem está entregue às obras, ou o Eng.º das obras dar uma explicação ou então que ponham lá o projeto para nós vermos, que era o que devia ter acontecido antes da obra começar. Ou a povoação nasce com os olhos fechados, ou querem-lhos fechar. É só isso. Agradecia que me respondessem se fizessem o favor. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu ao Sr. António Lousa. -----

SENHOR ANTÓNIO LOUSA: -----

Cumprimentou os presentes e disse: Toda a gente se lembra, infelizmente, dos grandes incêndios de 2017. Depois dessa catástrofe no Concelho, sobretudo na zona Norte, fomos informados pelo Executivo, que as brigadas estariam no terreno para fazer o levantamento. Chegámos à fase seguinte, onde os agricultores vão ser ressarcidos dos prejuízos. -----

A minha pergunta é para a Câmara, para os líderes de bancada, para os Presidentes de Junta onde aconteceu a catástrofe, Vila Chã, Santa Eugénia, Carlão e Amieiro e Pegarinhos. Estão contentes com o que os lavradores foram ressarcidos dos prejuízos que tiveram? -----

Toda a gente, quando foi na altura do incêndio, deu a cara, falou, foi uma catástrofe. Eu gostava de saber se a catástrofe para Concelho foi ressarcida e gostava de saber se essas pessoas que eu falei se sentem satisfeitas? -----

Segunda questão Sr. Presidente. Eu também analisei os concursos. Houve aí a entrada de um esclarecimento, também analisei. E houve um que me chamou muito à atenção. Foi, sobretudo, na parte jurídica. -----

Os concursos, a Câmara pode fazer os que quiser, isso para mim não me diz respeito como cidadão, mas fiquei surpreso, para uma parte jurídica, o júri não ter nenhum, formação jurídica. Como é que se analisa um júri de uma parte jurídica, que o júri, nenhum tem formação jurídica? Eu fiquei surpreso, mas pode haver alguma justificação. -----

Mas o que me trouxe aqui foi essencialmente saber se os agricultores deste Concelho, porque eu tenho orgulho de ser agricultor deste Concelho, se a Câmara, as Juntas, os representantes da Assembleia estão satisfeitos com quanto foram ressarcidos? -----

PRESIDENTE DA MESA: Agradeceu as duas intervenções, confirmado ser aquele o local próprio para as fazer. Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras para interpelar a Mesa. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Quero interpelar a Mesa pelo seguinte. O uso da palavra pelo público não é só no final de antes da ordem do dia? Perante o regimento que ainda está em vigor é só no final do período de antes da ordem do dia e no final do período da ordem do dia que o público pode intervir. -----

PRESIDENTE DA MESA: Agradeço o reparo, tinha isto na ordem correta mas alterei sem querer. -----

Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela para dar uma sugestão. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Efetivamente, o período de intervenção do público foi antes do que está estabelecido no regimento, mas atendendo a que o público já entreviu, eu sugeria que neste momento prestasse os esclarecimentos o Sr. Presidente de Câmara e eu também queria prestar um pequeno esclarecimento porque fui visado numa das intervenções. ---

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Sr. Presidente da Câmara para responder ao Público. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Cumprimentou os presentes e disse: Sobre as questões aqui colocadas, designadamente pelo Sr. António Santos, relativamente à obra que está a decorrer no Castedo e que nós designamos de Centro de Lazer do Castedo. -----

Diz-se muita coisa, é verdade Sr. António Santos, mas ainda bem que vão falando, porque dizia um reputadíssimo político deste país, o que importa é que vão falando, que falem de nós. Recorda-se dele Sr. António Santos? -----

O que acabou de dizer relativamente àquela obra, permita-me que fale assim, não tem pés nem cabeça. É uma obra que tem um projeto. Tem um orçamento. Está a ser executada de acordo com um projeto. Não se pretendeu construir ali balneários, pretendeu-se construir umas casas de banho que servissem o parque desportivo e que servissem também o público em geral, de acesso aberto. -----

Que não tem iluminação não é verdade. Vai ter. Estão lá os negativos. Uma coisa é certa, naquela altura era o dinheiro que havia e não está contemplada, para já, a iluminação do recinto em si, do polidesportivo. Mas estão lá os negativos, está tudo previsto. No momento oportuno fá-lo-emos. -----

Relativamente aos bebedouros, tem dois pontos de água no recinto e portanto não sei o que é que falta mais para a dimensão do recinto? Estão lá, com certeza não reparou bem, mas estão lá dois pontos de água. -----

Agora, dizer-se que ela já nem vai acabar. Mas porquê, se ela ainda não acabou? Esperemos que ela acabe. Lhe garanto que vai ser acabada. Tem é que ter um bocadinho mais de paciência. -----

Relativamente à questão que aqui foi levantada pelo Sr. António Lousa, que tem a ver com o processo concursal para jurista, Sr. António Lousa, não é verdade o que diz. Gostaríamos muito de ter um jurista da Câmara Municipal no júri, mas como sabe, não temos, mas é verdade que o Presidente do Júri daquele concurso é um reputado jurista num concelho vizinho, inclusive Chefe de Divisão em Carrazeda de Ansiães. Portanto, não é verdade que não há um elemento com formação jurídica no júri. O presidente é jurista. -----

Relativamente à questão dos incêndios, se o Sr. Presidente da Mesa autorizar, deixava que fosse o Sr. Vice-presidente a responder, porque ele terá informação mais precisa do que eu para responder. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Vice-presidente da Câmara. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Cumprimentou os presentes e disse: Só queria tirar uma dúvida, se quer saber informação relativamente àquilo que vai acontecer este ano, se efetivamente é só questão aos subsídios de apoio ao incêndio do ano passado? -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. António Lousa. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

SENHOR ANTÓNIO LOUSA: Sr. Vice-presidente, quem foram prejudicados foram os agricultores deste Concelho. E logo, quando houve aquele show de televisão, toda a gente dizia que os técnicos estavam no terreno para os agricultores serem ressarcidos dos prejuízos que tiveram e os agricultores tiveram prejuízos muito graves e reais. Esses programas acabaram e chegaram agora a parte de compensação. Eu pergunto se a Câmara, os Chefes de Bancada, que representam este Concelho e os Presidentes de Junta onde aconteceu esta catástrofe se sentem realizados com as indemnizações que foram dadas aos agricultores? É isso que eu pergunto, simples, porque eu sei quanto é que foi dado. Se calhar algumas pessoas não sabem, mas eu sei quantos agricultores neste Concelho foram contemplados. Mas eu posso-lhe dizer se quiser. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Vice-presidente da Câmara. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: No que diz respeito ao levantamento que ainda foi feito relativamente aos incêndios de 2017, aquilo que competiu à Câmara Municipal e respondendo relativamente a essa competência, foi efetivamente fazer o acompanhamento, que foi feito de imediato. Foi feito o levantamento e a informação quer junto das Juntas de Freguesia, quer junto dos agricultores, quer até mesmo através das Associações de Agricultores existentes no Município. -----

Como em outras situações, ficámos a aguardar porque são efetivamente medidas que são lançadas através do Governo Central, depois desse levantamento, que foram feitas comunicações quer pelo nosso Gabinete Técnico-florestal, também o acompanhamento, foram enviadas para as diversas entidades. -----

Penso que individualmente também, por cada um dos agricultores foi colocada toda as situações em que se sentia que necessitavam de ser indemnizados, mas também, como muito bem sabe, os programas lançados pelo Governo não abrangeram tudo aquilo, principalmente aquilo que na nossa região poderia e deveria ter sido ajudado em termos de indemnizações, porque durante a restante época de incêndios de 2017, todos temos conhecimento da dimensão que aquilo tomou, o Estado e o Governo entendeu que as linhas prioritárias de investimento e indemnizações foram alocadas para grande parte de situações que não aconteceram nos incêndios que nós sofremos aqui no Concelho. Daí haver uma série de prejuízos que foram reportados pelos agricultores e que depois não foram consubstanciados em efetivas indemnizações. -----

Quanto a isso peço-lhe que questione o Governo. Em termos de Autarquia, como imagina, não foi da nossa responsabilidade a decisão da escolha do que é que era ou não era. O Município o que fez, e bem, na altura foi fazer o acompanhamento, ajudar no reporte e tentar, dentro ainda das fases de preenchimento desses pedidos de indemnização, fazer esse acompanhamento. ---

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes para fazer um pedido de esclarecimento. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PSD/PSD-CDS.PP): O pedido de esclarecimento é o seguinte. Peço que cumpra o regimento e diálogos privados a Assembleia Municipal deve ter conhecimento. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Rui Lopes, Evaristo Hipólito, Luís Lameiras, António Fernandes, Alípio Alves, António Rocha, Márcio

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

9

Ribeiro, Aurelina Pereira, Sónia Pinheiro, M^a de Jesus Elias, Glória Veiga, Pedro Espírito Santo, Toni Afonso e Cláudio Vilela. Deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD-CDS.PP): Em resposta ao Sr. António José Lousa, eu acho que aquilo que foi feito, que eu tenha conhecimento, foi bem feito. Mas também não percebo o porquê da sua pergunta a mim. Sou sublíder da bancada. Deve perguntar ao Executivo, não ao Presidente da Concelhia do CDS ou ao Vice-presidente da bancada municipal. E por aqui me fico em relação à resposta que o Sr. pediu. -----

Falando de outros assuntos, visto que estamos no PAOD, quero-me congratular pelas iniciativas tidas pela Sr.^a Vereadora da Cultura, tem dado boa utilização aos equipamentos que tem ao seu dispor. Também à Sr.^a Vereadora do Turismo, tem também tido bastantes iniciativas, fora do país a promover o nosso Concelho e com isso me congratulo. Estou bastante contente com o rumo que este Município está a ter. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Evaristo Hipólito. -----

DEPUTADO EVARISTO HIPÓLITO (PS): -----

Cumprimentou os presentes e disse: Todos nós nos lembramos ainda da tragédia que assolou o nosso país e em particular o nosso Concelho com os fogos florestais ocorridos o ano passado. Famílias houve que perderam tudo aquilo que seria o seu suporte familiar, tanto económica como financeiramente, pois para muitos, o que resultava da venda dos produtos da terra era o sustento do seu agregado familiar. Refiro-me em particular aos pequenos lavradores, produtores essencialmente de batatas, cereais, castanha e algum azeite, que no fundo eram para consumo próprio, a não ser a castanha que era vendida e as sobras dos outros produtos. Em suma, lavradores de recursos financeiros reduzidos e, acima de tudo, a maioria deles, já com idade avançada e aqueles que ainda têm direito a uma pensão, esta oscila entre os 120€ e 180€ mensais. -----

Estes nossos conterrâneos precisam de ajuda e se alguma coisa lhes dermos é pouco em relação àquilo que produziram durante a maior parte da sua vida. -----

Tenho a certeza que o Sr. Presidente não é insensível a esta situação. Por isso eu pergunto ao Sr. Presidente, se neste momento e até aqui, está a ser feita alguma ação pela Autarquia para apoiar estes lavradores nesta nova época agrícola, independentemente das ajudas estatais que aí virão, ou já vieram, e tenho quase a certeza que não chegarão a esta classe de lavradores nos aspetos atrás focados? -----

A forma de ajudar estes pequenos lavradores será entregar-lhes, gratuitamente, batata de semente, cereais, castanheiros e oliveiras que tenham sido consumidos pelo fogo. Para esta atribuição seria feito um levantamento das pessoas afetadas e comprovar a sua debilidade económica. Assim, Sr. Presidente pergunto, está recetivo a esta sugestão aqui apresentada? ----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Em primeiro lugar queria fazer aqui um convite ao Executivo da Câmara Municipal e também a todos os Deputados, para estarem presentes no dia 15 de abril, pelas três da tarde, em São Mamede, no oitavo aniversário do Grupo de Cantares.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

101

Este convite ainda não foi feito de forma formal porque ainda não sabemos a programação, mas iremos fazê-lo depois, formalmente. -----

Queria também felicitar a Banda de Música de Carlão pelo concerto que recentemente deu no Teatro Auditório. -----

Felicitar também as Associações do nosso Concelho que organizaram os vários encontros de janeiras, nomeadamente o Grupo de Cantares de São Mamede, o Rancho Folclórico de Santa Eugénia e a Associação Cultural o Plátano de Alijó. -----

Felicitar também a organização do Carnaval no Pinhão, em Santa Eugénia, em São Mamede, porque mantêm vivas as tradições, os nossos usos, os nossos costumes e isso é muito importante.

Queria também desejar sucesso na Feira da Amêndoa que se vai realizar este fim-de-semana. Também sucesso para a Feira dos Produtos e da Terra em Carlão. E já agora, também na Feira da Laranja em São Mamede, que se realizará no último fim-de-semana de abril. -----

Queria ainda felicitar a Associação Vale do Douro, pelo IV encontro que realizou de Associações do Vale do Douro, onde houve a oportunidade de debater aquilo que são as experiências, aquilo que é a razão de ser das diversas associações, do papel crucial que ela têm no seio das comunidades, que são idosas e existe muita pouca gente no interior, nomeadamente no nosso Concelho. -----

Aproveitava para perguntar à Sr.^a Vereadora que fez parte de um dos painéis desse IV Encontro, o que é que o Município pretende fazer? De que forma pretende colaborar com as Associações? E há aqui muita coisa que se poderá fazer e aliás, na sessão anterior da Assembleia Municipal eu dei aqui alguns exemplos. -----

Perguntava ainda, uma vez que estamos a falar de associações e também já fiz esta pergunta na última reunião da Assembleia, o Executivo Permanente já reuniu com algumas das associações do nosso Concelho e já repetiu essa reunião com algumas associações, nomeadamente, segundo julgo saber, com a Banda Filarmónica de São Mamede e, até à data, o Grupo de Cantares ainda não foi convocado para nenhuma dessas reuniões. Perguntava em que pé é que isso está? Qual o porquê dessa atitude? -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Vou falar de assuntos que, na minha opinião, são muito sensíveis à população e, particularmente, aos Presidentes de Junta, aqueles que assumiram responsabilidades e, diria mais, que herdaram responsabilidades. Estou-me a referir às dívidas, às Juntas endividadas. -----

Os seus Presidentes, com certeza, querem ajudar as suas populações que os elegeram. Estes eleitos, lembro, acreditaram no Sr. Presidente da Câmara, quando em campanha prometeu que iria resolver o problema das Juntas endividadas. Foi uma promessa assumida. E o certo é que até hoje está tudo na mesma, pelo menos, do que seja do meu conhecimento, porque eu falo com os Presidentes de Junta e, repito, estou à vontade para falar sobre este assunto porque não estou a ser advogado em causa própria, mas sinto e estou solidário com as outras Juntas que realmente têm esse problema. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

11

A democracia é para funcionar. A democracia é um ato responsável. A democracia é essencialmente para se cumprir aquilo que se promete quando dá jeito a quem quer ser eleito e não pode, de forma alguma, uma vez eleito, deixar passar os assuntos que realmente se assumiram. -----

Deixo aqui o desafio ao Sr. Presidente da Câmara. Com certeza que irá ter uma explicação para isto, mas ajude as Juntas endividadas, porque não podemos ter um Concelho com autarquias a duas velocidades, ou seja, umas Juntas, porque não estão endividadas conseguem ir fazendo, trabalhando ir mostrando o serviço às populações, ajudando as populações e outras, que pela via do endividamento continuam estagnadas e não conseguem progredir. -----

Depois, também, gostaria, muito sinceramente, até porque fui, enquanto Presidente de Junta de Vila Chã aqui questionado pelo Sr. António José Lousa e bem, queria dizer, e bem e a democracia, para funcionar, tem de se chamar às coisas pelo nome. Todos, com certeza, ouviram como eu, que nessa altura, situando-nos no tempo, uns meses antes das eleições, eu ouvi e muita gente ouviu dizer, façam, inscrevam-se, relatem os seus prejuízos e as pessoas, como é que diz o povo, gato escaldado de água tem medo, que as pessoas diziam o que é que eu vou fazer, depois não me dão nada. A promessa foi, se não der o Governo Central, dá a Câmara. Até hoje, como falou aquele cidadão, está tudo na mesma. Tudo. Nada mudou. As pessoas ficaram com os prejuízos, como sempre e a situação mantêm-se. -----

Mas eu posso ir mais longe. O que escorre para a barragem, que é a água que todos bebemos. Todos bebemos aquela água. Sei que houve uma candidatura. Sei que está previsto drenar aquelas águas todas que escorrem para a barragem, uma boa ideia, um bom projeto, é assim que se deve fazer, mas o certo, caros amigos é que veio a chuva, a água e o que sobrou dos incêndios já está tudo na barragem e nós estamos a bebê-la. Nada foi feito. Ou seja, quando for feito, já nós temos bebido a água e já onde ela vai. Portanto, haveria de haver mais celeridade nestas situações porque isto não nos leva a lado nenhum. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Alípio Alves. -----

DEPUTADO ALÍPIO ALVES (PS): Estamos muito prestes a chegar à primavera e era só para chamar à atenção para aquelas árvores que estão no parque de lazer que vão dar muito algodão, que são os choupos e há muita gente que é alérgica aquele algodão e, no ano passado, nós tivemos o centro de Alijó cheio de algodão. -----

Era melhor ir pensando, porque já tivemos problemas e resolvemo-los com poda ou abate, porque não tivemos outra solução, no entanto é de se pensar a longo prazo e plantando outras árvores que não sejam aquelas para podermos livrar os alijoenses e quem nos visita, dessa praga. -----

Depois, também queria alertar para a pavimentação, que na última festa que houve lá, ficou bastante partida e penso que não custa muito dar um jeito àquilo, porque é um sítio muito visitado pelos alijoenses e acho que nós também temos gosto que aquilo esteja como deve ser. - Também temos a mobília que está toda partida. Sei que ninguém tem culpa, mas temos que ir compondo. Era só esse reparo que eu queria fazer e agradecia que tivessem isso em atenção e torna-se-mos Alijó mais bonita e atraente para todos que a visitam. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

12

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (B.E.): -----

Cumprimentou os presentes e disse: Já se falou aqui muito de incêndios e de facto isso é um assunto pertinente, está na ordem do dia, portanto eu quero aqui dar, mais uma vez, uma abordagem e enunciar aqui alguns tópicos que fazem todo o sentido. Portanto, servirão como alertas e depois, O Executivo, achará dar-lhe o tratamento que achar conveniente. -----

Ponto um, o ordenamento florestal. É tempo de fazer contas e investir a sério na prevenção. Poucas manchas de floresta restam no Município. Há que olhar o problema de frente, projetar o futuro. Para tal, alertamos para a necessidade da afetação de verbas crescentes plurianuais, de modo a suportar projetos estruturantes, capazes de responder de forma eficaz ao ordenamento.

A título de exemplo, a floresta do Parque Natural do Vale do Tua, área protegida, com espécies protegidas, enquadrada na maior mancha de floresta do Município, está numa situação de grave risco de incêndio, como todos nós sabemos. -----

Perguntamos se a Câmara tem algum plano por forma a minorar o risco? Não basta batizar só a criança é preciso educá-la. -----

A EDP, na produção da barragem de Foz-Tua distribui cerca de 3%, penso eu, da produção da barragem. Vai para a Agência Regional de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua a maior parte da fatura. Acreditamos nós que o Município deve chamar a si este problema e falar e negociar com a Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua as compensações para o Parque. -

O segundo ponto são os lixos depositados nas florestas. É necessário informar os Municípios acerca da recolha dos lixos de maior dimensão. Isto já vem há muitos anos e nós reparámos que é um problema que tem vindo a persistir. Por exemplo, nos caixotes do lixo, dizemos nós, colocar um autocolante informativo sobre o dia da semana em que ocorrerá a recolha deste tipo de lixo. E ainda, no mesmo autocolante, se calhar, escrever uma linha telefónica para informação relacionada. -----

Colocar também, junto dos locais onde costumam fazer as descargas, placas informativas onde conste legislação e as respetivas coimas para os prevaricadores. -----

Urge também, a remoção dos lixos já depositados nas laterais das estradas, para mostrar a higiene e a limpeza aos turistas e a quem circula e nos visita, apreciar a natureza do deslumbrante património natural. -----

Terceiro ponto será relativamente a São Mamede sobre o estado em que está o saneamento, penso eu prometido, da Avenida do Areal. Pretendemos esclarecimento sobre se há projeto e sobre o andamento e previsão de obras. -----

No quarto ponto, tem a ver também com São Mamede de Ribatua. O desperdício da água dos depósitos de São Mamede. Isto já vem há muitos anos. Já é transcendente a todos os governos da Câmara, mesmo muitos anos. De facto, aquela água é tratada, sai dos depósitos, penso eu, a grande parte agora parte da barragem e a barragem estava em falência, queria saber se o Município, o Executivo Camarário tem alguma obra ou investimento previsto para isto -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

13

Cumprimentou os presentes e disse: Eu começo por pôr em relevo a atividade do Executivo Municipal desde a última reunião da Assembleia Municipal, nomeadamente ao nível da Cultura, em que após a disponibilização e a reabertura de um dos principais, se não mesmo o principal equipamento cultural do Concelho ele tem sido utilizado e tem sido utilizado em primeira linha, utilizando a prata valiosíssima da casa, as diversas associações e grupos do Concelho. -----
Tem-se visto também que o número de atividades de carácter cultural tem vindo progressivamente a aumentar e isso deve ser assinalado. -----

O mesmo se deve dizer no domínio do turismo. E no âmbito da projeção e promoção da imagem do Município, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Desse ponto de vista temos também notado que está a ser feito um trabalho muito positivo e meritório, até porque o turismo é uma área relevantíssima para o nosso Concelho. -----

Queria também enfatizar o trabalho que se tem notado, até sobretudo nestes últimos tempos, relacionado com a prevenção dos incêndios florestais e com a recente legislação, que não é assim tão recente, mas a parte das cominações mais gravosas, mais recente. E portanto, no domínio da sensibilização que o Município, juntamente com as diversas Juntas de Freguesia tem feito por toda a área do Concelho, isso deve ser também enfatizado. -----

E por outro lado, devemos notar também que, não obstante as gravíssimas dificuldades que o Município ainda atravessa do ponto de vista financeiro, o certo é que continua a ser um bom pagador e os indicadores económicos feitos por entidades externas demonstram isso e, ao mesmo tempo que consegue pagar a tempo e horas, consegue também fazer obra e portanto, isso é de assinalar. Um pouco por todo o Concelho há diversas obras em curso, algumas delas aqui hoje até já foram assinaladas por elementos do público, o que é bem demonstrativo de que este Executivo tem conseguido conciliar a gestão da dívida com, digamos, a aposta no desenvolvimento do Concelho. -----

Queria só deixar também uma palavra relativamente ao endividamento das Juntas de Freguesia. É uma questão que me diz bastante. Já passei por lá e portanto, pedia ao Sr. Presidente que deixasse uma palavra relativamente a isso, algum esclarecimento sobre qual pretende que seja o papel do Município nesse domínio, não esquecendo que quando se diz que se deve cumprir aquilo que se prometeu, também, relativamente a quem endividou as Juntas, não nos devemos esquecer que essas mesmas pessoas fizeram um juramento de cumprir as funções que lhe eram confiadas. E portanto, tendo excedido largamente aquilo que era os níveis de endividamento, violando claramente a lei, também acho que é preciso algum pudor para se apresentar agora aqui perante a Câmara, como se nada tivesse acontecido e como se a Câmara se pudesse substituir a quem não cumpriu aquilo que lhe devia em primeira linha. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.^a Deputada Aurelina Carvalho. -----

DEPUTADA AURELINA CARVALHO (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e disse: A minha intervenção vai no sentido de parabenizar o Clube de Artes Marciais de Alijó, na pessoa do seu Presidente, o Sr. João Varela, que conseguiu trazer para a vila de Alijó a realização do II Open Nacional de Lutas Amadoras que teve honras televisivas e parabenizar também os seus atletas que conseguiram obter bons resultados. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

14

Parabenizar também o Grupo de Cantares de São Mamede de Ribatua, o Rancho Folclórico de Santa Eugénia e, em particular, a Associação Cultural o Plátano de Alijó, pela realização dos encontros de Cantadores de Janeiras que nos lembraram os usos, costumes e tradições das nossas gentes. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.ª Deputada Sónia Quintas. -----

DEPUTADA SÓNIA QUINTAS (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e disse: A minha intervenção vai no sentido de informar esta Assembleia que, enquanto representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal da Proteção do Idoso de Alijó, esta já se encontra constituída e já foi elaborado regulamento de funcionamento. Esta informação também já foi passada a todos os Presidentes de junta via e-mail. -----

Aproveitar o momento para fazer também o convite a toda a Assembleia a visitar a Feira dos Produtos da Terra nos dias 23, 24 e 25 de março, em Carlão. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.ª Deputada Mª de Jesus Elias. -----

DEPUTADA Mª DE JESUS ELIAS (PS): -----

Cumprimentou os presentes e disse: Quero saudar o novo Executivo deste Município e todos os Deputados desta Assembleia, fazendo votos para que o trabalho de todos resulte numa grande valorização do nosso Concelho. É estranho dizê-lo nesta altura, mas acontece que faltei à última reunião da Assembleia. -----

O anterior Executivo, em que que o Sr. Presidente exercia funções de Vice-presidente, esteve de costas voltadas para a Barragem do Tua, faltando às reuniões da Comissão de Acompanhamento e, conseqüentemente, não tirando partido dos direitos que se impunha a este Município. Estava à espera que este Executivo seguisse o mesmo caminho. Mas, e bem, parece-me que o traçado é um pouco diferente. Apesar de constatar este sinal de aproximação diferente do Executivo anterior deste Município, continuo indignada com a falta de ação, pelo menos visível dos cinco Municípios em relação ao Plano de Mobilidade do Vale do Tua, em que o barco continua atracado desde de agosto de 2017 sem poder andar. -----

E em relação ao Plano de Ordenamento da Albufeira, que continua sem ser conhecido, pondo em causa o desenvolvimento das zonas ribeirinhas do Vale do Tua. -----

O número dez da ordem dos trabalhos diz respeito a um levantamento e diagnóstico das potencialidades do património para atração dos turistas. Este é um caminho que a Câmara quer traçar e acho bem. Mas então, porque é que não se afirma mais a este respeito do que disse anteriormente e questiona mais este deixa andar do Plano de Mobilidade? -----

Devemos ser coerentes em todas as facetas dos nossos problemas e debatermo-nos pelo bem do nosso Município. Provavelmente tenho de fazer esta pergunta. Este Plano de Mobilidade traz ou não traz benefícios e turistas ao nosso Concelho? Se a resposta do Sr. Presidente for positiva, então lute pelo que acredita e estarei pronta a apoiá-lo nessa luta. Peço ao Sr. Presidente que nos informe em que situação estão estes dois processos? -----

A nossa função como Deputados, além de outras é acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. Umas vezes teremos opiniões divergentes e, provavelmente, outras

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and the number 13.

estaremos de acordo, mas Sr. Presidente, seja ousado e surpreenda-nos, pois não tenho dúvidas que poderá ser reconhecido por isso. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.^a Deputada Glória Veiga. -----

DEPUTADA GLÓRIA VEIGA (PPD/PSD-CDS. PP): A minha intervenção, já aqui foi dito várias vezes, foi dito pelo Dr. Márcio, eu também queria salientar a função da Câmara na promoção do turismo, fazendo-se representar em várias Feiras, nomeadamente em Madrid, na BTL em Lisboa, na Feira "Xantar", em Espanha, ou seja, tem levado o Concelho a todo o lado e de uma maneira muito positiva, quanto a mim, que é convidando as empresas, fazendo um relacionamento com os Municípios. Isso só fará que mais tarde teremos bons resultados. O turismo é uma grande aposta no nosso Concelho e acho que vão no caminho certo. -----

Queria também deixar os parabéns a todas as Associações pelas diversas atividades que promoveram e, muito em especial, ao Clube TT Trilhos de Favaios, que organizou este ano, novamente os Trilhos de Favaios e que já são quase o maior evento nacional a este nível. Quero-lhes dar os parabéns à Associação por essa representatividade. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Pedro Espírito Santo. -----

DEPUTADO PEDRO ESPÍRITO SANTO (PS): -----

Cumprimentou os presentes e disse: No passado dia vinte e quatro eu tive a oportunidade, pela primeira vez, voltar ao Teatro Auditório Municipal de Alijó para participar no IV encontro de associações, do qual, como todos sabem, hoje é público, nascerá a assinatura de um protocolo que acontecerá no Município de Peso da Régua e, nesse evento, infelizmente o Sr. Presidente da Câmara não pôde estar, mas o Município esteve representado pela Sr.^a Vereadora. Eu queria aproveitar esta oportunidade, para começar, por saudar e dirigir uma palavra de incentivo pela sensibilidade e pela coragem da reabertura de um espaço tão importante para o nosso Concelho. -----

Para além disto e porque tive a possibilidade de conhecer as instalações, não a fundo, mas de ter uma pequena ideia sobre o que é que lá se encontra, é evidente que ainda subsistem algumas carências, quer a nível de infraestruturas, quer em termos de capacidade técnica de resposta àquilo que hoje é necessário oferecer a quem utiliza aqueles espaços. -----

Eu gostaria de questionar a Sr.^a Vereadora se tem noção, se tem algum levantamento efetuado a esse nível, nomeadamente no que toca à questão mais técnica, dos meios técnicos? -----

Pedir também, se for possível, que em nome do Município, que se fez representar, que nos desse aqui algumas conclusões que pôde retirar do evento e também, qual será a postura que o Município irá adotar naquilo que resultou daquela sessão, que é a assinatura do protocolo da criação de uma rede de associações? -----

Depois, já aqui foi falado, enfatizado e sublinhado a ação do Município naquilo que toca a promoção do nosso Concelho nas várias feiras de turismo e eu aqui destacaria a "Xantar" e a BTL, sem, claro, menosprezar todas as outras, mas porque têm efetivamente uma escala enorme e porque no passado, não muito passado, passando a redundância, os mesmos protagonistas que hoje governam o nosso Município achavam que estes eventos eram demasiado dispendiosos e o proveito que se tirava deles era pouco, eu gostava de perguntar à

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

16

Sr.^a Vereadora do Pelouro, neste caso, do Turismo, que tipo de trabalho foi desenvolvido por este Município com essas empresas na preparação destes eventos? Quais as conclusões que foram tiradas, essencialmente nestes dois, "Xantar" e BTL? E o que é que podemos esperar da ação do Município nesta área para o futuro? -----

Pedir também ao Sr. Presidente de Câmara que me fizesse um ponto da situação sobre a situação do refeitório da Escola EB 2, 3 do Pinhão, sobre a derrocada que aconteceu na escola EB 2, 3 do Pinhão, no passado dia 21, se não estou em erro? -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Toni Afonso. -----

DEPUTADO TONI AFONSO (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e disse: Gostaria de convidar a Assembleia a estar presente, no dia 31, em Perafita, vamos ter lá uma inauguração da Casa dos Milagres, que foi agora recuperada, foi uma das contrapartidas da construção da barragem do Tua. -----

Nessa Casa dos Milagres, no século XVIII e XIX eram depositados quadros pintados a óleo por crentes ao Sr. dos Milagres. E cada vez que se proporcionava um "milagre" a alguém, eles mandavam pintar numa tela a óleo e depositavam lá, nessa casa, como que a agradecer ao Sr. dos Milagres. -----

Vão lá estar vários ilustres do nosso Concelho, do nosso país e gostaria também de contar aqui com os ilustres presentes. -----

Gostaria de agradecer, aquando da neve, na passada terça e quarta-feira, a prontidão que o Município e a Proteção Civil tiveram, bem como os Bombeiros de Sanfins, na prontidão em socorrer as populações aquando da queda de árvores em cima de fios elétricos, na distribuição de alimentos aos mais necessitados, em que os Bombeiros de Sanfins estiveram incansáveis, assim como a Proteção Civil aqui do Município. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Desde já quero agradecer ao Público as questões que colocou. O Sr. António José Lousa colocou-me uma questão direta, ao líder de bancada do PS e vou-lhe responder, é claro. É para isso que nós cá estamos Sr. António José Lousa, venham mais questões que nós teremos todo o gosto em responder. -----

Relativamente à questão dos incêndios que colocou, o Partido Socialista fez aquilo que tinha a fazer e usou todas as ferramentas que estavam ao seu dispor. Logo nos dias seguintes trouxemos cá os dois Deputados do Partido Socialista que nos representam na Assembleia da República para, eles próprios, levarem a missão, verem in loco, falarem com as populações e levarem essa missão ao Governo e dar-lhe nota dos prejuízos que as populações tiveram. -----

Depois, como sabem, foi distribuído e o meu colega António Fernandes já o referiu, todo o processo de subsídios que foi para os agricultores. -----

Nós, efetivamente, não tivemos nota de mais ninguém que questionasse essa questão, mas ainda bem que o Sr. hoje a trouxe e pedia-lhe para depois no facultar essa informação e nós faremos tudo aquilo que estiver ao nosso alcance para ajudar as populações. -----

A questão que o Sr. colocou foi uma questão muito direta e perguntava se o líder de bancada estava satisfeito com essa situação. Efetivamente, eu não tinha conhecimento e quero-lhe dizer

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

o seguinte, nós nunca estaremos satisfeitos quando os nossos cidadãos não estiverem satisfeitos. Iremos lutar com todas as nossas forças para que tudo seja compensado e restabelecido, claro está, dentro do nosso alcance. Nós, neste momento estamos na oposição no nosso Município e é nesse papel que nós teremos que trabalhar. -----

Quero-lhe agradecer, mais uma vez, as questões que colocou e, faça favor, traga sempre as suas questões, assim como o Público, que é para isso que nós cá estamos, faz parte da nossa missão e é esse o nosso trabalho. -----

Queria agora dar nota sobre as eleições na Comissão política do PS, felicitar o novo Presidente, António Fernandes e todos os eleitos para a Comissão Política e Secretariado. -----

Cumprimentar também democraticamente o novo Presidente do CDS, Rui Lopes. -----

Parabenizar a Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua pela inauguração do Centro Interpretativo do Vale do Tua, na localidade de Foz-Tua, muito próximo das fronteiras do nosso Concelho. Uma obra estruturante para o turismo. É uma sala de visitas, ou mais uma porta de entrada do Parque Natural do Vale do Tua, pois este espaço museológico representa um testemunho histórico do Vale do Tua, da linha do comboio e da barragem e salientar que recebeu cerca de quinhentas pessoas nos primeiros dois dias de abertura. -----

Este investimento de 2,2 milhões de euros representa um importante equipamento na área do turismo cultural e articulado com os outros investimentos da Agência contribui decisivamente para a valorização e coesão territorial do Vale do Tua. -----

Também trazia uma questão para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas ele já respondeu, que foi aquela questão da Associação Nacional de Assembleias Municipais. Estranhei não nos ter dado nota da situação, porque numa das últimas sessões tínhamos aprovado aqui a adesão da Assembleia Municipal de Alijó a essa mesma Agência, mas vejo que já está empenhado nessa missão. -----

Por fim, atendendo que todas as instituições já foram parabenizadas pelos seus atos e pelos seus feitos, quero aqui deixar também uma nota de parabéns à Adega Cooperativa de Favaiais por ter sido eleita a melhor Adega Cooperativa de Portugal. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Começava por tentar responder, ou pelo menos dizer algumas palavras sobre a questão aqui levantada pelo senhor Deputado Municipal Evaristo Hipólito, relativamente às pessoas que possam ter sido e foram, com certeza, muitas delas, muito afetadas pelos incêndios do verão passado e que terão visto o seu potencial produtivo agrícola e eventualmente pecuário, muito afetado na sequência desses incêndios. -----

Sr. Deputado, a Câmara Municipal tem os Serviços Sociais e obviamente que tem formas de apoiar as pessoas e sempre que os nossos serviços têm conhecimento de uma ou outra situação que careça de ser de imediato apoiada, não nos temos poupado a esforços. Normalmente agimos sempre com as IPSS, que têm sido ótimos parceiros também do Município, sempre que é preciso valer às pessoas. -----

Mas, como compreende, o Estado Central, no que diz respeito à reposição do Património produtivo, lançou medidas. Aliás, nós ouvimos muito recentemente, há dois dias, salvo erro, o

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

18

Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Luís Vieira, aquando daquele tornado no Sul do país, ele explanou, detalhadamente, o tipo de medidas que normalmente nestas situações são acionadas. Mas o que é certo é que isto depois reduz-se a quase nada, porque as ajudas são escalonadas, são por classes de áreas, classes de investimento e o Poder Central esquece-se de uma outra coisa é que, quando a destruição do potencial produtivo é significativa e ultrapassa os cinco mil euros há o chamado autofinanciamento, que é da responsabilidade do promotor e normalmente o produtor não a tem. E não é com linhas de juro bonificadas que se vai lá. -----
Eu acho que nós não nos poderemos ficar por mais medidas e quando se trata de uma catástrofe, como foi o caso, em que tem de ser o Poder Central a responder e que tem meios para responder, porque há medidas no 20/20 específicas para responder a estas questões, é o Poder Central que não pode ficar com meias medidas. Portanto, tem que se tomar uma atitude efetiva e tentar perceber que estas questões, em meio rural, em Concelhos como o nosso, muito depauperados, muito desertificados e permanentemente abandonados, as pessoas não têm recursos para suprir as necessidades de autofinanciamento e, se calhar, nestas questões, a resposta do Poder Central tinha que ser outra, porque não está, com certeza a imaginar, o Município responder a uma situação destas, não tem capacidade. Seria completamente inviável. Agora, em matéria de uma ajuda primária, de emergência, a famílias carenciadas, pois cá estamos, não nos poupemos a esforços e estaremos na disponibilidade de abdicar de eventuais compromissos que tínhamos já assumido se for preciso socorrer essas pessoas, essas famílias. -----

Sr. Deputado Luís Lameiras, relativamente ao trabalho que o Município esteve a desenvolver nos últimos dias com as Associações do nosso Concelho, pois ainda temos algumas Associações com quem trabalhar. Faltam-nos algumas Associações do setor cultural. Já reunimos com Associações do setor desportivo, cultural, a maior parte delas. Já trabalhamos com a maioria das Juntas de Freguesia e vamos terminar esse trabalho, quer com as Juntas de Freguesia, quer com as restantes Associações, designadamente o setor social. -----

Temos inclusive em mente, tenho passado essa mensagem aos Srs. Presidentes de Junta, realizar uma Assembleia extraordinária no final deste mês para discutir exclusivamente a questão das Juntas de Freguesia e da ajuda financeira, designadamente o protocolo de transferências para as Juntas de Freguesia. -----

Relativamente às questões dos incêndios deixava para o Sr. Vice-presidente porque tem este Pelouro e com certeza que estará em melhor posição do que eu para dar informação. -----

Sr. Deputado António Rocha, relativamente às medidas compensatórias da barragem do Foz-Tua, como o Sr. Deputado sabe, houve um período de negociação dessas contrapartidas. E como sabe também, de acordo com o estatuto da Agência, quem tem assento na direção da Agência, não é o Presidente da Câmara, é a pessoa. Naquele caso, por acaso até coincidia, o Eng.º Carlos Jorge era Presidente de Câmara, mas poderia não ser. Eu quero-lhe dizer que eu, para tomar em outubro passado, posse na direção da Agência, o Eng.º Carlos Jorge teve de abdicar. Era ele o Presidente da Câmara e era a ele que competia defender os interesses do Município na Agência e eu estava integrado numa equipa e obviamente que fui sempre solidário

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

19

com o Eng.º Carlos Jorge, sempre. Mas o Eng.º Carlos Jorge não é mais Presidente do Município de Alijó e obviamente que eu terei a minha estratégia e lutarei pelos interesses do Município de Alijó. Penso que brevemente poderei chegar à presidência da Agência do Vale do Tua. Mas também quero-lhe dizer, aliás quero dizê-lo publicamente aqui nesta Assembleia que não o farei de ânimo leve e lutarei e exigirei contrapartidas para o Município de Alijó, contrapartidas que nunca vieram porque nunca foram efetivamente negociadas. Tudo o que está na Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua para o Município de Alijó são 250 mil euros que eu vou buscar, brevemente vou busca-los. Ninguém vai usar esse dinheiro, vou busca-los quando tiver os projetos prontos eu vou buscá-los e é tudo o que tem, para além de uma pequena verba que foi investida no setor da cultura, que já hoje aqui se falou, na recuperação da Casa dos Milagres em Perafita e o investimento que foi feito também numa Capela em São Mamede, que eu nem sei muito bem, o Município nunca soube muito bem quanto é que foi investido por parte da Direção Regional de Cultura. -----

Mas uma coisa é certa, nós sabemos que houve municípios que receberam diretamente da Agência verbas para investir na cultura. Foram portanto os Municípios, eles próprios a geriram a aplicação dessas verbas e no caso de Alijó essas verbas não vieram para o Município de Alijó, foram para a Direção Regional de Cultura do Norte que as aplicou. Eu não sei o que isto quer dizer, mas foi assim que se passou. Se eu efetivamente chegar à presidência da Agência isto não se passará mais, porque eu tomarei a atitude certa, penso eu, no momento certo. -----

Relativamente ao saneamento na Rua do Areal penso eu que é assim que se chama a rua, efetivamente o projeto está pronto, foi candidatado, mas como sabe, por omissão, talvez nossa, não sei, no regulamento sobre os apoios do POSEUR, o mais recente, é vedado o acesso aos fundos a municípios com mais de 10 mil habitantes. Portanto, Alijó não pôde candidatar essa obra aos fundos comunitários. Mas faremos o esforço para no menor espaço de tempo possível avançar com a obra. -----

Relativamente à água no depósito de São Mamede, essa questão já se falou, aliás, nós já falámos particularmente, neste momento, muito pouca água da barragem está a ser aduzida ao sistema, muito pouca água. A nascente do Malhõ tem praticamente valido a S. Mamede em termos de necessidade de água. Está a ser injetada uma pequena parte porque não podemos suspendê-la de todo porque isso criaria problemas na rede, complicados de resolver. -----

Muito recentemente tivemos uma reunião com a administração das Águas do Norte aqui no Município, foi-lhe posta claramente a questão de S. Mamede. S. Mamede precisa de uma conduta completamente independente e nova para S. Mamede e só assim é que se poderá resolver, para além de um novo depósito, como sabe, o que lá está não está em condições muito famosas. -----

Dr. Márcio Ribeiro pede-me para que diga aqui umas palavras sobre a situação das dívidas das Juntas de Freguesia. Eu, em todas as reuniões que fiz com as Juntas de Freguesia nesta última semana abordei este assunto. -----

Gostaria de dizer que felizmente tenho memória e não preciso muito que me lembrem os meus compromissos eleitorais. Eu sei os compromissos que assumi, aliás eles estão escritos. E tudo o

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

20

que para além disso se diga é puro foguetório. É verdade que me preocupa muito o passivo das Juntas de Freguesia. É verdade que eu disse e está escrito, que faria tudo, que me empenharia com todas as minhas forças no sentido de tentar resolver o problema do passivo, mas também vos digo uma coisa, legalmente a Câmara não pode substituir-se às Juntas de Freguesia no pagamento desse passivo. Legalmente, a Câmara não tem forma de assumir as dívidas das Juntas de Freguesia. Tentaremos chegar lá de outra forma e na Assembleia extraordinária de março, deste mês, falaremos exaustivamente sobre essa estratégia e sobre o problema das Juntas de Freguesia, inclusive, os passivos. -----

Sr.^a Deputada M^a de Jesus, relativamente ao Plano de Mobilidade do Vale do Tua. Como sabe, está concessionado a um operador privado. Julgo que saberá também, mas poderei adiantar aqui alguma coisa, pese embora não me queria detalhar muito sobre este assunto porque ainda não está fechado. Há um diferendo sério, pese embora tenha sido muito trabalhado, ainda não está fechado, tem a ver com renitência do IP, das Infraestruturas de Portugal, na cedência da antiga linha do Tua até Mirandela. É uma linha que foi já reabilitada. Penso até que os testes já decorreram. Contudo, é uma linha que exige um investimento na sua manutenção muito grande, designadamente em infraestruturas essenciais que a Agência não estará em condições, no futuro, só por si, assegurar. E portanto, fizeram-se já várias reuniões com o Secretário de Estado da tutela e até hoje ainda não se fez luz sobre o assunto. Mas temos trabalhado sobre isso e Alijó fará o que lhe competir nessa matéria. -----

Relativamente às questões que foram colocadas sobre o Auditório deixaria aqui para a Sr.^a Vereadora. Queria só dizer que efetivamente lamento não poder ter estado naquele encontro de associações, mas foi-me de todo impossível por questões familiares, mas o Município esteve muito bem representado pela Sr.^a Vereadora. -----

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado e Presidente de Junta António Fernandes, o Sr. Deputado, nesta matéria, levou-me vantagem porque falou primeiro que eu, não é, falou primeiro que eu e portanto antecipou-se. Sabe que há dois dias falámos sobre isso. Já sabe qual é a intenção deste Executivo. Agora, não é verdade que eu tenha prometido, nunca o fiz e estão aqui os Srs. Presidentes de Juntas todos, se isto não for verdade que falem, nunca prometi pagar as dívidas às Juntas de Freguesia, nunca. Mas alguém o fez depois de mim. Até porque isso não seria razoável prometê-lo. -----

Relativamente, mais uma vez, voltamos aos incêndios. Aquilo que referiu, candidatem-se, candidatem-se, ou manifestem prejuízos, manifestem prejuízos que se o Estado Central não resolver, o Município resolve. Nunca ninguém me ouviu isso. -----

A situação da derrocada do teto da EB 2, 3 do Pinhão ficará para o Sr. Vice-presidente responder, que ele visitou o espaço e sabe melhor do que eu o que responder. -----

Relativamente ao Plano de Ordenamento das margens do Plano da Bacia de Albufeira, como sabe, isso foi objeto de um estudo de impacto ambiental. É verdade que hoje sabemos que há questões importantes que foram esquecidas ou, pelo menos, não foram estudadas, desde logo aquela situação que confina com as Caldas de Carlão, mas do lado de Carlão, também não está contemplada na DIA e portanto deu algum trabalho junto da EDP para conseguir o mínimo de

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

21

ordenamento daquela situação, mas tudo isso está previsto na DIA e o que estiver previsto na DIA ou se executa ou não se executa. Para além do que está na Declaração de Impacto Ambiental muito pouco é possível, como sabe. Mas a DIA é tão extensa, tão complexa que não faz sentido nenhum estarmos aqui, isto daria pano para muitas reuniões. Poderemos um dia, se calhar até era uma proposta interessante, poderemos trazer a uma Assembleia, se calhar no período antes da ordem, alguém conhecedor da Declaração de Impacto Ambiental e que nos pudesse falar sobre isso. Se aceitassem, eu fazia esta proposta ao Sr. Presidente da Mesa, trabalharíamos para que viesse a esta Assembleia, num período antes da ordem, pessoas habilitadas para falarmos sobre a declaração de impacto ambiental, aliás, sobre todo o Plano de Ordenamento da Foz do Tua. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.^a Vereadora Mafalda Mendes. -----

VEREADORA MAFALDA MENDES: -----

Cumprimentou os presentes e disse: Em relação às questões colocadas pelos Srs. Deputados, começaria por responder ao Sr. Deputado Luís Lameiras, tal como teve oportunidade e eu sei que esteve presente no encontro das Associações, a minha intervenção foi muito no sentido de criar uma maior proximidade entre associações e a Câmara Municipal. Estão a ser realizadas diversas reuniões, como muito bem sabe, no sentido de trabalharmos a questão da atribuição dos subsídios. A última aconteceu na quarta-feira com os grupos de teatro. Os próximos serão os grupos de cantares. -----

Nestas reuniões tem-se discutido várias questões, principalmente as necessidades e principais dificuldades que as associações enfrentam. Tentamos, de alguma forma, dentro do possível, colmatá-las e dar-lhes resposta também através do subsídio, mas alertámos e nestas reuniões também falamos, tal como eu também disse no encontro das associações, que nós podemos ajudar muito além do investimento através de subsídios. Através de colocarmos os nossos técnicos à disposição, porque temos técnicos, por exemplo, com conhecimentos gráficos, de design, que poderão numa coisa tão simples como criar um cartaz. Colocar à disposição os nossos equipamentos. Ajudar na sua divulgação e promover e incentivar que eles saiam do Concelho, porque sempre que saiam do Concelho levam mais longe a nossa identidade. -----

Portanto, é neste sentido de colaboração, de proximidade, aliás, nestas reuniões tem sido dados os nossos emails diretos, para que eles possam fazer sugestões, inclusive já aconteceu e tem acontecido, principalmente com as duas bandas, de São Mamede e de Carlão, a mandarem um email a fazer sugestões que inclusive estão a ser trabalhadas para enriquecer a nossa atividade cultural no Concelho. Portanto, por aqui, é mesmo trabalhar a proximidade. Não verem aqui a Câmara que só dá dinheiro e está muito distante, mas trabalhar outras questões e ter-mos os nossos técnicos ao serviço. -----

Além disso, também está aqui a ser definida e traçada uma estratégia para nós descentralizarmos também um bocadinho a cultura, porque, apesar de termos agora o Auditório aberto, não será só ali que ocorrerá a cultura. Aliás, ela deve acontecer por todo o Concelho e portanto descentralizar que trabalha com as nossas associações e também com os nossos Presidentes de Junta, nem que seja uma vez por mês, garantir que numa Freguesia, numa

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Descumbrante Património Natural

22

aldeia, numa vila, exista efetivamente um momento cultural e nós aqui temos todo o interesse em começar a trabalhar isso. Além disso temos feito nestas reuniões que têm sido desenvolvidas aqui no Município. -----

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Pedro Espírito Santo, é verdade, a casa esteve fechada e apesar de ter estado em obras, mas é quase como quando nós temos uma casa fechada e depois, quando voltamos, temos que a montar, temos que lhe limpar algumas teias, limar algumas arestas. Coisas tão simples, como por exemplo uma bilheteira para podermos ter cinema, que nós temos que trabalhar, voltar a limpar. -----

Falou na questão de inventariar. Claro que estamos a inventariar as nossas questões técnicas, por exemplo o som, que é uma coisa que nos preocupa. Aliás, quando vos ouço falar e ouço aqueles estalidos fico preocupada, isto porque o nosso sistema de som esteve durante estes quatro anos ao serviço das nossas associações, por exemplo, na Feira da Amêndoa, que vai acontecer amanhã, estará um técnico do Município com o nosso sistema de som e isto faz com que o som, todas as vezes que sai da casa vai-se estragando ou vai-se deteriorando. Todo o caminho que faz vem sempre um bocadinho mais machucado. -----

Portanto está a ser realizado, só para dar aqui uma resposta, é uma das deficiências que nós estamos a ter neste momento, um caderno de encargos, onde vamos investir aqui num sistema de som. Reparar o que já temos para continuar a darmos suporte às associações, mas ter-mos aqui, no nosso Auditório, um sistema de som que permita recebermos propostas culturais bem mais ambiciosas, que também estamos a trabalhar nisso. Mas enquanto não tivermos estas questões técnicas e a casa montada é evidente que temos que ter cautela para avançar para projetos mais ambiciosos e que lá chegaremos, tenho a certeza. -----

Estamos a montar a casa, a limpar as teias de aranha. No futuro, estamos a fazer estes investimentos a nível técnico, para que depois possamos investir em propostas culturais mais ambiciosas, porque é isso que nós queremos, trazer mais fervor. -----

Também fiquei muito contente por finalmente vir a ser oficializada a rede de associações, que me parece extremamente importante, principalmente para as de base cultural, tal como disse lá, enquanto que as associações humanitárias, as IPSS estão mais organizadas e nós percebemos mais o seu sentido, acontece que as culturais estão muito espalhadas e distanciadas e acho que aqui, esta rede de associações vai ser muito importante para as voltar a agregar, unir e dar-lhe um maior suporte. -----

E claro que lá foram surgindo outras questões com as nossas associações e, decorrente disso, já temos tido algumas propostas bastante interessantes e que estamos a trabalhar, mas acima de tudo, reforçar que, realmente, esta rede de associações vai ser muito importante, principalmente para as de base cultural, que me parecem cada uma a trabalhar mais por si, mas que assim será, certamente, mais agregador. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.ª Vereadora Sónia Pires. -----

VEREADORA SÓNIA PIRES: -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

23

Cumprimentou os presentes e disse: Cumpre-me agradecer todas as anotações e todas as referências que foram aqui mencionadas relativamente ao trabalho deste Executivo e particularmente na esfera do turismo. -----

Respondendo à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Pedro Espírito Santo é verdade que este Município está de facto e, nestes últimos meses, janeiro e fevereiro e até já, inclusivamente, início de março, pautou-se, realmente, por uma grande participação e por uma grande promoção do Concelho de Alijó. -----

De facto, nós estivemos presentes na FITUR, de 17 a 24 de janeiro. É uma feira internacional e acreditem, também tem bastante impacto. Os operadores turísticos estiveram lá no âmbito só do enoturismo. Tiveram algumas negociações e um ou outro já nos referenciou o retorno que teve, pequeno ainda, com certeza, mas penso que irá crescer. -----

Também estivemos presentes na XXII Feira de Caça e Turismo de Macedo de Cavaleiros. Para além de promovermos os produtos endógenos, em paralelo, estivemos a promover as potencialidades cinegéticas que temos neste Concelho e, em particular, destacamos a Alifeira que se irá realizar no dia 12 e 13 de maio. Foi uma feira bastante produtiva com certeza e a nível de caça tivemos uma avaliação bastante positiva dessa participação. -----

No que diz respeito ao "Xantar" que decorreu em Ourense de 31 de janeiro a 04 de fevereiro, estivemos presentes com um stand próprio. Claro que foi um stand 3x3, porque realmente não podemos investir 10 mil euros num stand, bem gostaria, mas 3x3 deu para marcar e afirmar a presença do Concelho de Alijó. -----

Ainda nesta feira, levámos um cartaz alusivo às paisagens que temos no Concelho, a paisagem do Douro que, realmente, é um elemento imprescindível para captar o turista e um cartaz que teve um sucesso enorme que tinha a paisagem e estavam dois jovens a brindar e o turista que passasse lá ou o visitante que passasse na feira colocava a cara no painel, no cartaz, e tirava uma fotografia onde dizia "this is Douro". -----

Porquê? Sentimos que aquele mercado espanhol e não só o espanhol, ainda não sabe muito bem que Alijó é Douro ou que o Douro também é Alijó. Sentimos mesmo até a nível nacional com outros colegas que estavam à nossa volta, estavam várias entidades representadas a nível nacional, foi mesmo muito importante afirmarmos Alijó, onde é que fica Alijó no mapa. E esse cartaz realmente foi um sucesso. Inclusivamente, os seniores, com uma carinha num corpo de jovem acharam bastante engraçado. -----

Por fim, a BTL que realmente foi a última feira onde estivemos presentes, que decorreu de 28 de fevereiro a 04 de março na FIL, em Lisboa, foi de facto, um sucesso para o Concelho de Alijó, eu diria, um sucesso para os operadores turísticos do Concelho de Alijó. -----

Nós fizemos uma participação, apelámos aos operadores turísticos para fazerem uma inscrição on-line. Os operadores turísticos no âmbito do enoturismo, do empreendimento turístico, os operadores marítimos, tivemos cerca de 20 inscrições on-line. Esses que se escreveram on-line e que realmente nós proporcionámos o transporte gratuito para Lisboa e onde todos os que se escreveram realmente participaram. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

24
[Handwritten signatures]

O que é que nós proporcionámos a esses operadores turísticos na BTL? Para além de, no âmbito do enoturismo, pudermos fazer provas de vinhos no stand onde nós estávamos, integrados na CIMDouro, não tínhamos um stand próprio, tínhamos um stand coletivo da CIMDouro com os 19 Municípios, proporcionámos os do enoturismo fazer aí as provas de vinhos e, todos os outros operadores, poderiam usar o espaço para com buyers, compradores, para fazer negociações. -----

Permitiu-nos também, ao estarmos inscritos no programa de hosted buyers, acreditamos que a nível nacional não foram muitos Municípios que estiveram presentes, aliás, inicialmente não nos deixavam estar presentes nesse programa de hosted buyers que era de compradores internacionais, mas batemos pé e conseguimos estar presentes a custo zero. Não pagámos qualquer valor por estar presente neste programa e para que os nossos operadores turísticos tivessem diversas reuniões com operadores internacionais. Todos esses operadores internacionais, podem abordar um ou outro, saber também quais foram as conclusões deles, que não divergem, certamente, da nossa, que realmente eles fizeram grandes negociações a nível nacional e internacional. Mesmo muito boas negociações por aquilo que nos foi registado. ----- Foram cerca de 60 reuniões, cerca de 19 países que estiveram em negociações com o Município de Alijó. -----

Para terminar de responder ao Sr. Deputado, qual é a nossa ação para o futuro? Em linha já, mais presente, teremos outras feiras que iremos dinamizar, desde a FIT na Guarda, a de Santarém e uma na Galiza. Estas são as três feiras mais próximas. -----

E também, dizer-lhes que, a nível turístico iremos em breve ter uma inauguração de postos de turismo em Alijó e no Pinhão e depois irão também ser convidados. -----

Para terminar, foi uma das conclusões e dos retornos da BTL, consegui com uma operadora internacional que tem cerca de 900 agências, pedi para que reunisse 20 agências que achasse que tinham mais relevância, com vários mercados internacionais e eles, em breve, vêm aqui a Alijó, reunir com todos os nossos operadores turísticos. Portanto, em breve vêm 20 agências aqui para negociar com os nossos operadores turísticos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Vice-presidente da Câmara. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Relativamente à questão dos incêndios e começando pela definição dos planos, informar os Srs. Deputados que o Plano Municipal de Defesa Florestal Contra Incêndios foi aprovado na respetiva comissão e que foi remetido ao ICNF e, portanto, estamos a aguardar a sua aprovação para, juntamente com todas as entidades, discutir a sua aplicação para esta próxima época que vai surgir em 2018. Isso é uma matéria para muita discussão e alongada. -----

Relativamente ao ordenamento florestal, também informar o Sr. Deputado, que no dia 21, em princípio, não temos ainda a confirmação do dia, mas queríamos fazer coincidir com o Dia da Floresta, será assinado um protocolo entre a Câmara Municipal, a Quercus e a Associação Nacional dos Engenheiros Florestais, para a elaboração, por parte destas duas entidades, do primeiro plano de ordenamento florestal realizado em Portugal, em parceria do Município com uma entidade técnica e uma entidade de defesa do ambiente. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

25

Relativamente à questão dos incêndios e da manutenção das faixas de gestão do combustível, que tanto tem sido proclamado na comunicação social, também a Câmara Municipal nesse sentido tem diligenciado uma série de sessões de esclarecimento por áreas que foram definidas pelo ICNF, mas que, até ao dia de terça-feira passada. Ontem e hoje temos equipas do GIPs, localmente, a fazer também esclarecimentos, in loco, sobre algumas dúvidas que esse plano tem levantado. Iremos continuar a fazer essas sessões, como muito bem ainda hoje ouvi dizer, isto termina o prazo legal para a executar até ao dia 15, mas não termina a nossa obrigação de o continuar a fazer, portanto, iremos, obviamente, nas restantes Freguesias, que também foram percorridas no dia de ontem e no dia de hoje, fazer essa sensibilização e, pelo tempo, não irei entrar em grandes pormenores sobre isso. -----

Reunimos também já com os comandantes das várias corporações de bombeiros, para começar a preparar a época que se avizinha. Iremos ter uma próxima reunião, precisamente aquando do envio ou da receção por parte do ICNF da aprovação definitiva do nosso plano principal readaptado à legislação que saiu no final do ano passado. Basicamente é o plano que tínhamos, com alguns ajustes obrigatórios por causa da alteração legal. -----

A partir do dia 1 de março também temos a funcionar no Município de Alijó os Sapadores Florestais que iriam começar já com algum trabalho na parte de proteção, principalmente nas localidades, mas visto que tivemos a intempérie relativamente à neve, foram alocados os serviços ainda para limpezas de zonas que ainda tinham muitas árvores que tinham caído derivado ao nevão que tivemos durante a semana e portanto, neste momento ainda estão nessas operações, mas que, mal terminem, imediatamente começarão com as seguintes. -----

Temos também, e já demos autorização para a utilização de zonas que são propriedade do Município, para serem utilizadas para amplificação e reforço da rede SIRESP, que também tanto se discutiu o ano passado. Já também fizemos uma participação relativamente a essa questão. -

Relativamente às árvores eu tenho já em meu poder um relatório que solicitei à nossa Arquitecta Paisagista, dos serviços técnicos, que tem intervenções em várias árvores por todo o Município, sugeridos pela parte técnica. Obviamente que ponderarei essa sua informação. Efetivamente também temos tido problemas com a questão dos plátanos e com alguns dos pólenes e pós que vão libertando. Quando tiver o pormenor definitivo, o acerto total desse relatório, serão depois informados. Eu hoje também já, em reunião de câmara, já consegui dar alguma informação relativamente a essa intervenção, que vão ser basicamente relativamente aos plátanos, quer na zona de Alijó, Sanfins, Vilar de Maçada, Favaios, Pinhão, enfim, há uma série de intervenções por vários locais, algumas apenas para poda preventiva, outras mesmo para corte, que é o caso de Sanfins, na subida para a Sr.ª da Piedade, tem uns eucaliptos, o caso da Póvoa, que também tem um eucalipto grande, alguns reparos na marginal do Pinhão, relativamente a alguns eucaliptos. Obviamente, quando estiver finalizado prestarei essa informação aos Senhores. -----

Relativamente ao parque, temos uma candidatura que está aberta até ao dia 31 de dezembro para a remodelação de parques urbanos. Aquilo que pretendemos fazer é, efetivamente, fazer alterações no parque novo, não só pela questão do pavimento, que efetivamente está deteriorado, não desde da última, mas já está deteriorado há algum tempo, logo desde o início,

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

praticamente que se começou a deteriorar, mas alterar aquele pavimento de forma a que possa permitir eventos daquela natureza e que não constituam perigo para depois a circulação das pessoas, causando aqueles danos. Também tem a ver com a envolvente, com digamos, o encerramento do parque de forma a que não se dê uma passagem direta para as habitações que há a seguir, obviamente a questão da utilização da água que lá está que não tem sido suficiente para a rega em pleno verão e portanto, há ali uma série de condicionantes que vão ser feitas, não só naquele local, mas também como aqui na Avenida Francisco Sá Carneiro, relativamente ao parque, mas depois, oportunamente, também terão essa informação. -----

Relativamente à derrocada do teto da escola do Pinhão. Efetivamente, alertado pelo Dr. Mário Vaz, que também está aqui presente, imediatamente nos deslocámos e deslocámos o corpo técnico e a Proteção Civil à escola. Foi analisada. Foi elaborado um relatório do qual foi transmitido à escola e a escola depois enviou para a DGEST essa informação, porque a titularidade daquelas instalações é da DGEST e portanto, o que nos foi pedido a seguir foi que tentássemos encontrar um orçamento por forma a acelerar a questão da reparação. Também já foi feito. Também foi reencaminhado. Continuamos a acompanhar. Efetivamente é algo que tem ali alguns problemas técnicos, mas que estamos a acompanhar com algum cuidado e também a aguardar a resposta da DGEST relativamente a esse assunto. -----

Relativamente à questão dos lixos florestais, nós temos no Município a recolha dos chamados "Monstros" à terceira semana de cada mês. Foi algo que há algum tempo foi divulgado. Eu próprio reconheço que não está eficazmente divulgado. -----

Nós já tivemos uma reunião com a RESINORTE para poder implementar uma campanha não só relativamente à questão desse tipo de resíduos, mas também enquanto à recuperação dos ecopontos, da recolha do lixo separado. A RESINORTE ficou de nos entregar um plano que iria desenvolver para alguns Municípios, nos quais nós, logo de imediato nos oferecemos. Temos os serviços técnicos a serem acompanhados, a Eng.ª Sandra e a Arq.ª Fátima a acompanhar isso, com a criação de novos locais para colocação de lixo de uma forma melhor e mais ordenada. ----

No que diz respeito ao lixo que se encontra nas florestas tentei já de alguma maneira, não sei se se recordam dos contentores antigos eram colocados e as pessoas em vez de colocar os lixos por aí fora, colocavam nesses contentores. Isso hoje em dia é impossível. É obrigatório uma licença, quase como se fosse um centro de tratamento de resíduos, efetivamente muito complicada. A legislação para eliminar um problema criou um maior, que é nós não conseguimos ter capacidade financeira para criar um centro desses. Eles estão a alguma distância do nosso Concelho, não nos é permitida esta criação e portanto, o que fazem, é criar a possibilidade das pessoas não tendo uma solução relativamente fácil e facilitadora, coloquem na floresta aquilo que não deviam colocar. -----

Recordo-me que não faz muito tempo, em Favaios já fizemos, a Câmara Municipal já procedeu a um levantamento de uma área dessas, com um custo muito elevado, muito significativo. Temos já também referenciados um ou dois locais que neste momento estão a ser depositados esse tipo de detritos, sejam eles de construção, enfim, uma série de detritos que para além de tudo

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

27

também, do lixo, do aspeto, também põe em questão a segurança da floresta em si, porque depois, porque às vezes fazem pequenas queimadinhos e a coisa corre efetivamente mal. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Eu tenho o Sr. Presidente por uma pessoa justa, sensata e viu-se que não foi bem assim. Mas é só para dizer duas coisas porque penso que está na ordem do dia. O Sr. Presidente respondeu, e bem, o Poder Central que é o mesmo que dizer Governo. Se fosse o líder da bancada diria assim, já vem do passado. E eu remato com uma coisa assim. É verdade que as coisas não vêm ter a Alijó. É verdade que temos que ir sobre elas, temos que correr sobre essas coisas. E, o que vem do passado, queria responder a quem tanto insiste nisso, que o passado já passou, já foram julgados, já está outro Executivo e é com esse Executivo que temos que trabalhar. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu por terminado o período de antes da ordem do dia e introduziu o ponto número um da ordem do dia: "Exposição do Senhor Presidente da Câmara". Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Não me vou reter muito nesta apresentação porque ela fez-se chegar aos Srs. Deputados Municipais. Queria só chamar a atenção e pedir desculpa por um pequeno lapso que foi cometido, foi um esquecimento, desta vez não faz parte desta informação, a listagem com o ponto de situação dos processos judiciais. Peço desculpa, foi mesmo lapso. De qualquer forma, poderei informar que a evolução não foi significativa, dentro deste período que está a ser considerado, pese embora para lá deste período já ter havido alguma evolução, aliás ainda a houve hoje de manhã, mas deixaremos para a próxima Assembleia Municipal. Queria-vos pedir desculpa por isso, é de facto uma falha, não se faz referência a ela, nem se diz que não houve evolução, portanto. -----

Estou disponível para alguma questão que queiram colocar, sobre esta informação. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Cláudio Vilela, Evaristo Hipólito, Alexandre Alves, António Fernandes, Nuno Jorge, Márcio Ribeiro e Rui Lopes. Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Quero registar o pedido de desculpas do Sr. Presidente pela não colocação da situação dos processos pendentes na informação do Sr. Presidente, mas no entanto, Sr. Presidente poderia corrigir o lapso hoje e entregar hoje a informação do mesmo aqui nesta Assembleia. No entanto, quero reafirmar que é efetivamente uma obrigação do Presidente de Câmara dar conhecimento desses processos em todas as exposições do Presidente de Câmara. -----

Quero também perguntar como é que está aquela questão e eu penso que não foi por isso que ele foi retirado da exposição, porque nós de facto, na última sessão, colocámos imensas questões acerca daquele processo contra a companhia de seguros que envolve também o Sr. ex-Presidente de Câmara, eu penso que não foi por isso que foi retirado efetivamente da exposição, mas pronto, gostava também de saber o ponto da situação desse processo. -----

Pegando na exposição do Sr. Presidente de Câmara, salientar o número de entradas no Museu de Favaios no ano de 2017, que ascendeu a 17 mil, o que significa que de facto, a estratégia de

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

28

desenvolvimento turístico quando foi projetado aquele museu e a Aldeia Vinhateira de Favaios estava correta. Está a obter frutos. Ou seja, daqueles milhares de pessoas que chegam ao Pinhão, alguns já vêm visitar a Aldeia Vinhateira de Favaios e pode-se comprovar pelo número de entradas no Museu de Favaios, visitas à Adegas e às padarias, etc.. -----
Queria também dar nota, de uma maneira genérica, sobre a situação das estradas municipais. Efetivamente, Sr. Presidente, as estradas municipais estão em muito mau estado e refiro-me concretamente às raízes dos pinheiros que afetam o pavimento. A título de exemplo vou dar a estrada entre Vila Verde e Vilar de Maçada, Balsa/Vilar de Maçada/Sanfins, Sanfins/Ponte da Ribeira. Neste caso particular, também alguns taludes de sustentação da própria estrada que estão caídos e põe mesmo em risco a circulação. A ligação a Santa Eugénia. A ligação a Pegarinhos, etc.. -----

Depois também questionar o Sr. Presidente qual é a atual situação da obra nas Piscinas Municipais? Efetivamente, pela data que o Sr. Presidente tinha dito sobre a intervenção já deveria estar para abrir. Queria saber efetivamente se está para abrir, se está demorada? O que é que se está a passar, atendendo a que foi uma situação muito polémica, que ela devia ter aberto, não devia ter aberto, se deveria ter sido encerrada mais cedo. Houve toda aquela questão de troca de e-mails entre o Sr. Presidente de Câmara e a Sr.ª Vereadora, quem tinha conhecimento de quê, gostava de saber qual é o estado da situação? -----

Já agora e visto que foi feito aqui alusão ao Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios gostaria também, e essa é a informação que eu tenho, salientar que a última informação a que tive acesso do ICNF, revela que efetivamente Alijó não tem e não tinha entregue um Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios para análise. Isso é público e vem na informação prestada pelo ICNF. Efetivamente, nas últimas sessões, o Executivo faltou à verdade quanto a essa questão, porque isto foi relativamente recente, foi em dezembro/janeiro que o ICNF prestou este relatório e lá diz, claramente, que Alijó não tem, nem tem em análise, um Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Evaristo Hipólito. -----

DEPUTADO EVARISTO HIPÓLITO (PS): Na abertura do ponto Unidade Orgânica Flexível de Estratégia e Empreendedorismo diz e cito, "acompanhar os emigrantes e idosos que regressam ao nosso país". Ora, é de louvar e um dever, neste caso do poder local, dar todo o apoio a essas pessoas, que após tantos anos fora da sua pátria, neste caso os emigrantes, o seu maior desejo é regressar à sua terra para aí continuarem a sua vida. Sucede com todos aqueles que emigraram. No fundo, são as lembranças dos amigos de infância, os festejos tradicionais da sua terra e outros, que apelam ao seu regresso. É a saudade. E eu, Sr. Presidente, como homem da diáspora, também sinto isso. Sr. Presidente, parabéns pelo trabalho que estão a desenvolver. Digo-o sinceramente, mas há aqui uma falha que não posso deixar de frisar que é a seguinte. Então não deve haver uma preocupação pelos emigrantes, neste caso do Concelho de Alijó, que se encontram no estrangeiro? Não temos de nos preocupar com a maneira de prestar serviços e apoio a essas pessoas? -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

29

E deixando para reflexão das pessoas ligadas à emigração do Executivo de Alijó, que tenho a certeza será da melhor atenção, eu quero pedir um esclarecimento acerca da geminação da vila de Alijó com a vila de Ossening nos Estados Unidos da América. Eu pergunto, esta geminação está a funcionar? Se não, a que se deve? É que para todos aqueles que fazem a vida nesse Município, e são muitos do Concelho de Alijó, penso que entre 70% a 80%, é fundamental um bom relacionamento entre as duas Câmaras, pois assim se lhes abrem muitas portas, que se não houvesse este intercâmbio, tanto cultural como promocional, estariam fechadas e seriam mais uns na vida local. Assim, são conhecidos e reconhecidos como os amigos de Alijó. -----
Portanto, gostaria que fornecesse informação sobre o estado atual deste relacionamento aliás, conforme há outras parcerias que gostaria de saber o seu estado atual de funcionamento. -----
Outro ponto, no Jardim Matos Cordeiro, ou Jardim do Sr. do Andor, conforme é conhecido, existe uma árvore de grande porte que se encontra com uma inclinação acentuada, constituindo no imediato perigo público. Está essa árvore referenciada pelos competentes serviços técnicos da Câmara? É que se essa árvore já se encontra nessa situação há bastante tempo, é muito perigoso para todos aqueles que circulam dentro do seu raio de ação. Podemos dizer que essa árvore se situa junto à taça do Jardim e com uma inclinação muito grande, muito acentuada, para o lado das Piscinas Municipais. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Alves. -----

DEPUTADO ALEXANDRE ALVES (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e disse: Já aqui foi referido, nesta Assembleia, mas acho que nunca é demais reforçar, que no passado dia 06 de fevereiro foi instalada por esta Câmara a Comissão de Proteção dos Idosos. Esta instalação vem aqui presente na exposição do Sr. Presidente da Câmara e, serve a minha intervenção, para congratular todo o Executivo Camarário por esta iniciativa. -----

Numa altura em que o Concelho atravessa um inverno demográfico e em que assistimos àquilo que são as consequências desse inverno demográfico, numa altura em que a nossa região começa a conhecer as consequências da interiorização aliás, o problema do interior começou a entrar naquilo que é o discurso público e político, numa altura em que se pretende fixar jovens no interior, eu sou a favor de medidas que promovam a fixação de jovens no interior. -----

Considero que o poder político corre o risco de ignorar e esquecer a maioria dos habitantes do interior, que é a população idosa e por isso é urgente haver iniciativas que estimulem a proteção dos idosos e que possibilitem a aquisição de melhores estratégias a nível de envelhecimento ativo. Por este motivo, mais uma vez, congratulo o Executivo Camarário por esta iniciativa. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): As minhas primeiras palavras vão para a Sr.^a Vereadora da Educação, até porque tenho falado algumas vezes com a Sr.^a Vereadora sobre um assunto que me parece de extrema importância. E estamos a tratar de quê? De um abrigo para criancinhas, que neste temporal deslocam-se 400m para apanharem o autocarro. -----
Essas crianças desfavorecidas, mas não têm culpa, vêm molhadas para a escola. As mães reclamam na Junta de Freguesia e é uma coisa tão simples, um abrigo, que até do

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

30

conhecimento que tenho, há na Câmara. É só colocá-lo lá. É triste que em pleno século XXI ainda se pense assim e que não se acuda às coisas que mais falta fazem, pois as crianças é o que temos de mais maravilhoso no mundo, vamos estima-las bem. Sr.^a Vereadora sei que é sensível a estas coisas e, com certeza, vai ter em conta este meu pedido. -----

Vou chamar a atenção para um assunto que me parece importante. Ao saírem desta Câmara, se forem ver as placas de sinalização, vão ver que onde houve incêndios, arderam e lá estão ardidadas. Onde não houve incêndio, já com certeza o temporal que acabei de referir e vê-se, no mesmo ponto, a indicar a mesma direção, uma placa a indicar para Norte e outra para Sul. Temos um exemplo. A Póvoa, indica para o centro da vila, para o Homem do Douro, mas também no Homem do Douro, ao pôr os pés fora desta casa, democrática como deve ser, vão ver a sinalética, indica tudo para as finanças. Ora, já pagamos que chegue não é? -----

Também queria aqui chamar à atenção de um assunto que nos é muito caro a todos. Estivemos aqui grande tempo a falar de incêndios pois, noutros tempos foi criada uma equipa de sapadores. Existiu aqui sempre, administrada pela Câmara, até pelo atual Sr. Presidente de Câmara, que veio para o Gabinete que se chamava de Agricultura e Caça. Pois, neste momento, essa equipa de sapadores não está a ser administrada pela Câmara, mas a Câmara suporta 35 mil euros para essa equipa de sapadores. Essa equipa de sapadores vai recolher do tal Estado, o tal Governo, 65 mil euros, mais a manutenção das equipas de sapadores, mais a reparação do equipamento, mais o combustível do carro e dessa gente toda, isso é caríssimo para a Câmara. Mais um mês que essa equipa tem para trabalhar para quem quiser. E agora termino com os empregos. Quantos empregos é que o Município vai colocar nessa equipa de sapadores? Parece-me que são só dois, mas o Sr. Presidente logo me dirá. -----

Sr. Presidente, também não pense que eu estou aqui sempre a falar contra o Sr. Nada disso, o que eu quero é que as coisas funcionem e dou um bom exemplo, agora, neste temporal, e foram muitos, lenha, pinheiros que caíram para as vias, louvo a ação, foram interventivos, prontos e resolveram esse problema. Como vê, estou sempre recetivo. -----

E agora, o Plano Municipal da Floresta contra Incêndios. Sabemos que foi uma batalha, fez correr muita tinta há meio ano atrás. Pois agora, o Sr. Vice-Presidente, e bem, as coisas acontecem, foi ali ao púlpito, chamando-lhe assim, dizer que não temos Plano Municipal da Floresta contra Incêndios porque foi para aprovação agora. Ora se for para aprovação, não o tínhamos agora, nem o tínhamos no passado, mas ainda bem, tarde é o que nunca vem. Ainda bem que agora já foi para ser aprovado e espero bem que ele chegue a tempo e que seja útil e que não aconteça mais uma desgraça, como aconteceu até agora com os incêndios. -----

Queria, para finalizar, saber do resultado dos concursos para preenchimento das vagas de Chefe de Divisão. Com certeza que o processo está a andar e seria, digo eu, pertinente, informar esta Assembleia de como está o processo, em que situação está? -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Nuno Jorge. -----

DEPUTADO NUNO JORGE (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e disse: A minha intervenção vem no facto de se ter iniciado e estar a decorrer na minha Freguesia, concretamente na povoação de Casas da Estrada, o

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

saneamento público. De facto, uma obra há muito ansiada por aquela gente, por nós também e quero agradecer publicamente a este Executivo Municipal por se conseguir concretizar esta obra ao final, se calhar, de 20 anos que ela andava a ser prometida. Por isso, muito obrigado a todos. Espero esta e muitas mais obras para as gentes desta Freguesia. -----

Também quero agradecer ao nosso Município a grande intervenção e disponibilidade na semana passada, com a desobstrução das nossas vias pelas árvores caídas. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP): Faço aqui apenas algumas observações. E pelo abrigo ou refúgio de Vila Chã. Fez-se referência que estamos no século XXI e ele ainda não existe. Ora, o século XXI, parece-me a mim, começou no dia 01 de janeiro de 2001. Tendo começado nessa altura e tendo diversos Executivos, quer da Junta, quer da Câmara passado por ambos os lugares, pelos vistos ele não está no lugar. Eu gostava de dar aqui um exemplo, utilizando até a pessoa que me antecedeu no uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pópulo e Ribalonga, que a expensas da própria Junta colocou abrigos nas diversas aldeias, e são bastantes, da sua Freguesia. No entanto, estou certo que o Sr. Presidente da Câmara e a Sr.^a Vereadora desta área, não deixaram que este problema persista e, naturalmente, alguma coisa irão fazer a esse respeito, pelo menos assim os invetivo. -----

Outro ponto e parece que é um ponto que não estará suficientemente resolvido e parece que incomoda, que é o das ações judiciais. O Sr. Presidente teve aqui a possibilidade de explicar a razão pela qual a respetiva listagem lá não estava e parece que isso causa estranheza a muita gente. Estranho é que essa muita gente que hoje mostra estranheza nunca se tenha preocupado com o facto de até 2013 esta obrigação legal nunca ter sido cumprida. É a tal pesada herança e é uma chatice, porque as pessoas têm memória e cá estamos nós para avivá-la. Mas já agora, portanto, é uma obrigação legal, ela tem sido cumprida, houve um lapso, ele foi explicado, no entanto foi aqui feito o ponto da situação, está a questão resolvida. -----

Relativamente a uma concreta ação, parece-me que isto é uma questão de literacia, uma coisa muito simples, vai-se à página 09 da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara da última Assembleia e está lá tudo explicado. Eu não vou perder tempo, mas diz lá qual é o assunto, a data da instauração, o número do processo, o local onde ele está pendente, a situação do processo e o valor do mesmo. Não vejo que isto levante dúvidas. Tanto quanto sei já foram fornecidos elementos em reunião de Câmara para que nenhuma dúvida reste relativamente a este ponto, mas há aqui uma coisa que eu gostava de dizer, porque é que constando vinte ações da listagem de processos em que o Município é parte, seja como autor ou seja como réu, a oposição se prende apenas com uma, precisamente aquela em que o Município é autor e não se preocupe com o facto de existirem lá dezanove, todas elas referentes a factos ocorridos quando eram poder? -----

E, eu aqui, fazia se calhar um convite, uma vez que elas são vinte, isto dava, mais ou menos, para dissecarmos uma por Assembleia, já que esta em que o Município é autor gera assim tanto incômodo, podemos pegar nas outras, basicamente são todas, ou a maior parte delas relacionadas com obras feitas de forma ilegal e podemos falar sobre elas. Se as ações judiciais

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

md
32
A

demandam assim tanto interesse, acho até interessante que as discutamos. Proponho, se for o caso e não estou a brincar, que o façamos à razão de uma por Assembleia, nas ordinárias apenas. Uma pequena súmula do que é que lá se discute, do que é que está em causa. Esta, por acaso é a última, podemos começar por esta. Começamos ao contrário. Não vejo problemas relativamente a isto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD-CDS.PP): Prescindiu da palavra. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Há aqui algumas questões que eu queria efetivamente responder e desde logo dirigir-me ao Sr. Presidente da Mesa porque, a dada altura, pareceu-me que voltámos ao período de antes da ordem. Alguma coisa que ficou, porventura, por dizer no período de antes da ordem voltou neste ponto. Eu assim, efetivamente, não gostaria de perder tempo. Peço desculpa. Se alguma questão ficou por esclarecer deveria ter sido colocada no período de antes da ordem. E deu-me a impressão que se regressou ao período de antes da ordem, pelas questões. -----

Relativamente ao processo em que o Município é autor e que tem a ver com o acidente de que o Presidente de Câmara que cessou funções sofreu, não há rigorosamente nada a esconder. Há aqui uma insinuação no ar que este Executivo poderá ter alguma coisa a esconder relativamente a este processo. Não tem rigorosamente nada. Hoje foi escarrapachado em reunião de Câmara para que toda a gente pudesse ver e consultar e tomar notas. Foi uma ação interposta e decidida pelo Sr. Presidente de Câmara que cessou funções. Não tem rigorosamente nada a ver com este Executivo. Está metida a ação, está posta a ação. É o ponto de situação, mais nada. --
Relativamente ao estado ou ao mau estado do piso das estradas, sabemos disso, que há muitas estradas em muito mau piso. Relativamente às árvores que estão a levantar o alcatrão, pois também já o sabemos. Vamos ver se aproveitamos agora as limpezas das bermas para resolver essa situação. -----

Relativamente à situação das piscinas, gostaria que fosse o Sr. Vice-presidente, contudo penso que estou em condições de informar. As obras que foram adjudicadas tinham a ver com a reparação do teto falso das piscinas, estão concluídas. E foram concluídas em tempo útil, dentro dos limites que estipulámos. Contudo, após os esvaziamento da piscina interior, como sabem, reaproveitou-se a água, apareceram duas fissuras de grandes dimensões no revestimento interior. O revestimento, fibragem, julgo que é assim que lhe chamam, de toda a superfície da piscina, custa mais de 30 mil euros. Estamos a tentar que neste momento apareça uma empresa habilitada a proceder à reparação somente daquelas fissuras para que não tenhamos que manter a piscina inativa durante muito tempo e então no período quente, no verão, que funcionará, aí sim a piscina exterior, teríamos oportunidade de fibrar toda a piscina interior. Portanto, ela neste momento, ainda não reabriu exatamente por este motivo. -----

Relativamente ao abrigo, tenho dúvidas de quem é a competência para o abrigo Sr. Presidente da Junta, não sei se não será da Junta de Freguesia? Reveja a lei. É uma dúvida que eu tenho. -

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

PRESIDENTE DA MESA: Deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos. Introduziu o segundo ponto da ordem do dia: “*Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Alijó*” e disse: Eu recordo que as alterações propostas foram o resultado de contributos de uma Comissão de Trabalho criada para o efeito. Eu próprio fiz propostas de alteração, o Sr. Deputado Rui Lopes também, o Sr. Deputado Luís Lameiras e o Sr. Deputado António Pereira. -----
A grande alteração que foi proposta por mim e também pelo Bloco, tem a ver com a criação de comissões, que não fazia parte do anterior regimento e outros articulados que se acrescentaram no regimento e que não estavam previstos no anterior. -----
Abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Luís Lameiras, António Fernandes, Rui Lopes, Cláudio Vilela, Márcio Ribeiro e Samuel Cunha. Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Em relação a este ponto número dois que prevê algumas alterações ao regimento eu devo dizer o seguinte. Nas duas reuniões em que participei para procedermos às alterações ao regimento, o Partido Socialista esteve presente de forma dialogante, aberta, recetivo a tudo e mais alguma coisa e chegou a acordo em várias matérias, nomeadamente no que diz respeito à constituição das comissões que futuramente irão ser constituídas. -----

Mas houve uma matéria, que era uma proposta do Partido Socialista e que, de uma forma fechada e radical, quer o Bloco de Esquerda, quer a coligação PSD/CDS, não manifestaram abertura nenhuma em relação a esta matéria que tem a ver com o uso da palavra por parte dos Vereadores da Oposição no período de antes da ordem do dia. -----

Esta posição vai contra aquilo que diz a Lei 169/99 de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico do funcionamento dos órgãos municipais e das Freguesias. E no meu ponto de vista e do ponto de vista do Partido Socialista, há aqui parcialidade, há aqui injustiça. E porque é que há? Por exemplo, no artigo 48.º, desta Lei 169/99 e que eu vou passar a citar muito rapidamente diz assim no ponto número um: “a Câmara Municipal faz-se representar obrigatoriamente, nas sessões da Assembleia Municipal, pelo Presidente, que pode intervir nos debates, sem direito a voto.” Depois, no ponto três deste mesmo artigo, o 48.º, diz assim: “os Vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal.” Depois, no ponto quatro diz também direito a senhas de presença. -----

Eu pergunto, é uma questão pertinente, o que é que os Vereadores vêm fazer a uma sessão da Assembleia Municipal se não têm direito a usar da palavra, no caso de serem interpelados, vêm fazer o quê? Figura de corpo presente é isso que eles vêm fazer? -----

Depois, ainda há pouco, no período de antes da ordem do dia, nós constatámos o seguinte e constatámos sempre isso ao longo das reuniões anteriores de outros mandatos da Assembleia Municipal, que é o seguinte, o Executivo Permanente, todo ele, ainda há pouco assistimos isso, todo ele falou, foram interpelados, todo ele falou. Porque é que o Executivo não Permanente, neste caso, da oposição do Partido Socialista não pode usar da palavra, caso haja algum

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

34

Deputado que faça uma interpelação a um dos Srs. Vereadores? Não consigo conceber, não consigo perceber esta questão. -----

Na última reunião que nós fizemos houve alguém que disse que, mesmo no período da ordem do dia, nos quatro anos anteriores, havia essa possibilidade e houve várias ocasiões, em que os Vereadores da Oposição intervieram, porque os Deputados solicitaram a sua intervenção mas, parece que, pela posição que algumas pessoas tiveram na última reunião que nós efetuámos, parece que, até no período da ordem do dia lhes está vedada a possibilidade de usarem da palavra. -----

Eu questionava muito diretamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal relativamente a esta matéria em concreto, em que é que ficámos? Se de facto os Vereadores da Oposição, no período da ordem do dia, desde que questionados pelos Deputados, vão poder, ou não, usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Eu não fiz parte da comissão, estava pouco informado, mas depois de falar com os meus colegas Cláudio e Luís Lameiras, realmente fiquei estupefacto e vou dizer porquê. Sabe porquê Sr. Presidente? Eu não retiro aquilo que disse há bocadinho. Achei-o sempre uma pessoa sensata, parece-me e até prova em contrário tenho a certeza de que é. Fui Vereador e, sempre que fui interpelado pela bancada, usei da palavra. E faço aqui realçar, a Sr. Presidente, sua antecessora, uma jurista de profissão, tenho que dizer, com vontade ou sem ela, deu sempre a palavra aos Srs. Vereadores. Ora, uma pessoa que percebe de leis fez funcionar a democracia, não tanto, se calhar, como eu queria e os outros Vereadores, mas o certo é que fez funcionar a democracia. E eu, não podia neste ponto, passar sem realmente realçar esse bom trabalho que a Sr.ª Presidente, sua antecessora fez. Ó Sr. Presidente, o Sr. Presidente é um homem que vem do Litoral, ou do interior, de grandes cidades, onde também há Assembleias, como em todo o lado e se o Sr. Presidente se debruçar sobre essa questão vai ver que em todo o lado foi tolerado ou foi admitido aos Vereadores usarem da palavra quando interpelados. Quer que lhe diga uma coisa? Não foram tantas vezes assim que fomos interpelados. E se calhar vão haver muitas Assembleias que os Srs. Vereadores não irão ser interpelados. -----

Logo, mais uma vez, Sr. Presidente, eu apelo ao seu bom senso, no sentido de debloquearmos esta situação, porque com certeza que é bom para todos aprovarmos este regulamento por unanimidade. Seria bom para a Câmara, seria bom para todos e com certeza que as coisas deveriam funcionar como deve ser. -----

Sr. Presidente, cada um interpreta a lei como entende, mas na nossa interpretação e podemos ir ver a história desta Assembleia, sempre foi permitida aos Vereadores usarem da palavra. Não vou usar mais tempo, mas deixo este reparo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD-CDS.PP): Como membro da comissão de alteração do regimento, devo desde já agradecer-lhe o convite e sinto-me muito honrado por ter contribuído para a alteração e para o enriquecimento do mesmo. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

35

Podíamos ter sido mais ambiciosos, mas acho que está um documento à altura desta Assembleia Municipal. É um instrumento fundamental para o bom andamento dos trabalhos e acho que o vai ajudar da melhor forma a dirigi-los. -----

No que diz respeito à proposta de trabalho do Grupo Municipal do PS, acho que o que está vertido no atual regimento, na atual proposta do regimento é a Lei. E uma vez que, recordando eu, o que muitas vezes disse o Sr. Deputado Luís Lameiras, é a Lei. Eu fiz várias propostas de enriquecimento do regimento e a resposta do Sr. Deputado Luís Lameiras em relação a estas propostas dizia, é a Lei. É a Lei Geral, se calhar não é necessário, mas de facto elas estão vertidas neste regimento, espero que o enriqueçam. Espero que seja uma boa ferramenta para a boa gestão dos trabalhos e acho que todos devemos conhecê-lo a fundo para também o ajudar no bom funcionamento desta Assembleia. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Antes de mais, uma breve nota que tinha para fazer na discussão da ata, mas por lapso esqueceu-me, mas vou referi-la agora, que era a maneira sensata como o Sr. Presidente conduziu a última Assembleia Municipal. É de todo lógico que eu faça esse reparo agora porque me esqueceu e por isso peço desculpa. -----

Depois, queria dizer o seguinte. Efetivamente, o Sr. Deputado Luís Lameiras esteve presente na comissão de elaboração do regimento, foi dando notas à bancada de como estavam a decorrer os trabalhos. Eu também estive na última sessão, o Sr. Presidente fez-me o favor de me convidar, desde já também agradeço e chegámos à conclusão de que em quase todos os pontos, fosse quem fosse a paternidade das propostas, houve consenso. Houve consenso, é isso que se pretende, e foi para isso que o Partido Socialista foi trabalhar na comissão do regimento. -----

Penso também que é de todo o interesse, principalmente do Sr. Presidente da Assembleia que este regimento seja aprovado por unanimidade e unanimidade significa funcionar a democracia. Quanto mais contributos houverem para funcionar a democracia melhor os cidadãos são servidos. É lógico que quando os Deputados, os Vereadores, o Público, colocam questões nesta Assembleia Municipal nunca estão a perder tempo porque acima de tudo estão ao serviço dos Municípios e essa é a nossa principal missão aqui dentro. -----

Já muita coisa foi dita aqui sobre o regimento, considerações técnicas, etc. e eu queria finalizar dizendo o seguinte. Efetivamente, todos nós somos oriundos de um Concelho e de Freguesias do interior. E no interior, a palavra dada, muitas das vezes, ainda prevalece acima daquilo que está escrito em papéis e em documentos. Desta forma quero eu dizer o seguinte. Se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal responder afirmativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Lameiras, não precisa ficar escrito no regimento que os Vereadores podem usar da palavra para responderem a questões que lhes são colocadas pela Assembleia Municipal pelo Plenário ou então, em intervenções em que sejam visados. Sr. Presidente, nós quanto a isso temos total flexibilidade porque sabemos que a palavra dada pelas pessoas oriundas das nossas Freguesias e do nosso Concelho é palavra cumprida e muitas vezes vale mais do que

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and the number 26.

muitos papéis que nós possamos escrever e muito texto que podemos ter escrito em vários documentos. -----

Nesse sentido, Sr. Presidente, deixo aqui total disponibilidade da parte do Partido Socialista para aprovar este regimento da Assembleia Municipal, se efetivamente se essa análise e palavra for dada pelo Sr. Presidente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP): Em primeiro lugar cumprimento a comissão que foi encarregada de apresentar esta proposta. O documento agora apresentado, relativamente ao anterior, creio que conseguiu resolver algumas aporias e algumas dificuldades que o anterior tinha. Resolveu algumas questões que levantaram dúvidas anteriormente e até levaram já a uma alteração do regimento, nomeadamente no suporte documental a entregar aos Deputados. Houve consenso relativamente a isso. -----

Houve também a introdução de um regime específico relativo às comissões que funcionam na dependência da Assembleia Municipal. Isso foi também obtido por consenso e é positivo. -----

E, de uma maneira geral, houve consenso relativamente a isto, menos, segundo me parece, ao malfadado artigo 43.º deste regimento. Este artigo 43.º do regimento disciplina o uso da palavra pelos Membros da Câmara Municipal, quer pelo Sr. Presidente da Câmara quer pelos restantes Vereadores. Ao contrário de alguns equívocos que eu aqui já ouvi, não disciplina o uso da palavra pelos Vereadores em regime de permanência e pelos Vereadores da Oposição. É pelos Vereadores que são da Câmara, no caso seis Vereadores e o respetivo Presidente. Portanto, não faz essa distinção, nem o deveria fazer. Portanto, o regimento é exatamente igual para todos. Ele está aqui vertido, vou escusar-me de o ler, mas se quiserem fazer este exercício é um exercício muito simples. Se lermos o n.º 2 do artigo 43.º, ele é exatamente igual ao disposto no n.º 3 do artigo 48.º, também já aqui foi citado, da Lei das Autarquias Locais, da Lei n.º 169/99. --- Portanto, eu não compreendo como é que se pode acusar a redação deste artigo de ser injusta ou de ser parcial. Ela transcreve a lei. Teve até o cuidado de, relativamente ao regime anterior, que estava vertido no regimento que vigorava até agora e que ainda está em vigor antes de aprovarmos este, teve até o cuidado de expurgar ali algumas considerações e fazer uma transcrição integral daquilo que é o texto da lei. E portanto, nós vamos aqui à Lei, que a Lei 169/99 e diz assim aqui neste diploma. Foi aprovada em 30 de novembro de 2001, era Presidente da Assembleia da República Antónia de Almeida Santos, era Presidente da República Jorge Sampaio e Primeiro-ministro António Manuel de Oliveira Guterres. Ora, eu pergunto, a quem acusa de parcialidade e de falta de democraticidade a redação deste artigo, se acusarão estas três pessoas, o Governo que lhe estava subjacente e toda a Assembleia da República que na altura também exercia funções e a maioria que suportava o Governo, se estas pessoas seriam antidemocráticas, se seriam parciais, se queriam quartar direitos aos Membros das Câmaras Municipais? -----

Portanto, a questão aqui é muito simples. A redação do artigo 43.º do regimento é tão simples como isto, possibilita, de forma absolutamente livre, democrática e sem qualquer teia, sem qualquer restrição, sem qualquer constrangimento, a utilização da palavra por todos os Membros

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

37
10/

da Câmara Municipal. Disciplina é o modo como ela se faz. E o modo como ela se faz decorre da lei e a lei é tão simples como isto, ou é por anuência do Sr. Presidente da Câmara ou da pessoa que o substituir no seu cargo, ou então é a solicitação do Plenário. Se a Câmara Municipal é composta por sete pessoas, o Plenário é composto por trinta e cinco Membros, que somos nós. E portanto é tão simples como isso, se houver essa necessidade, ou por via do Sr. Presidente da Câmara, ou por via do Plenário, qualquer um dos Vereadores, já aconteceu aqui hoje, vários deles utilizaram da palavra, poderão fazer o uso da palavra se assim se proporcionar e portanto, não vejo, sinceramente qual é a dificuldade e portanto, do meu ponto de vista e com isto está aqui refletida a posição desta bancada, é que todo o clausulado deste regimento merece a nossa aprovação e assim será votado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Samuel Cunha. -----

DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PPD/PSD-CDS.PP): -----

Cumprimentou os presentes e disse: Este assunto, eu não sei qual é o problema, porque daquilo que li e daquilo que eu me preparei, digamos assim, não vejo grandes dificuldades para ler o que está aqui escrito. Portanto, eu não queria ser repetitivo, porque aquilo que o meu colega Márcio disse antes de mim, realmente realça que a ninguém aqui fica vedado, desde que, com a devida autorização de quem de direito, neste caso será o Sr. Presidente da Câmara que pode ou não autorizar quem quer que seja da Vereação a poder falar, mais nada. Ou então o Plenário. E o Plenário, mais uma vez, como disse o meu colega Márcio muito bem, somos trinta e cinco e somos nós a decidir então se deve ou não falar. Portanto, acho que é claro, não vale a pena estarmos aqui com grandes redundâncias. -----

Agora, meter aqui a possibilidade, bem, se o Sr. Presidente da Mesa nos prometer que pode, apesar de não estar escrito, mas se permitir, ficamos aqui entre amigos, ó meus amigos, houve uma comissão para decidir isto por alguma razão, porque senão, não estávamos aqui a perder tempo a discutir algo que já foi discutido em duas ou três reuniões antes. Portanto, a palavra está escrita e, por alguma razão é que em todos os mandatos é preciso decidir e fazer o regimento de uma Assembleia. Portanto, acho que não é preciso andar aqui com grandes percas de tempo, porque isto foi aprovado nestas reuniões, pode não ter sido aprovado por todos, mas pela maioria foi certamente, porque senão não estaríamos aqui a debater e a decidir favoravelmente, ou não, este ponto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Rocha como direito de resposta. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (B.E.): Quero alertar o Deputado Luís Lameiras para ter cuidado com a linguagem que utiliza, o radicalismo, etc.. As coisas foram resolvidas com democracia, penso eu e pelo menos, na altura, até se pronunciaram sobre isso, agora, o radicalismo não está deste lado, isto era outra conversa, mas nem vou entrar por aí. Portanto é preciso ter respeito por quem está aqui e não ir mais além do que isso, está bem? O resto já foi tudo falado, nós já temos a nossa posição e já podia estar resolvido, penso eu. Estamos aqui a perder tempo é o que eu penso. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

38
[Handwritten signature]

PRESIDENTE DA MESA: Se me permitem dar uma resposta ao Sr. Deputado António Fernandes, o apelo à minha parcialidade ou imparcialidade. Eu tenho consciência da minha parcialidade ou imparcialidade. Não sou jurista, também não defendo o opositor, nem o réu, nem o contrário, não tenho essa pretensão. A pretensão que eu tenho aqui é de manter a palavra que tive nessas reuniões que antecederam esta proposta que vem aqui à Assembleia. E a minha postura foi muito clara, foi a leitura da lei. A palavra concedida ao Presidente da Câmara Municipal ou ao seu substituto ou aos Vereadores que aqueles designem. Aqueles, os dois. -----
No período da ordem do dia, tem aqui no segundo ponto e julgo que estou a repetir um pouco do Sr. Deputado Márcio, em que diz, a palavra concedida aos Srs. Vereadores no período da ordem do dia para intervir sem direito do voto de discussão a solicitação do Plenário Municipal ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal. E na alínea b) do mesmo ponto diz exercer, quando o invoquem e dentro do tempo da Câmara Municipal, o direito de resposta. - Não vou mudar a minha opinião daquela que tive nas nossas reuniões. Tenho pena, mas essa foi a minha interpretação da lei e eu não vou vacilar, porque de facto continuo a manter esta postura porque é aquilo que eu identifico e já transmiti também aquilo que penso sobre isso em privado e vou manter esta postura e portanto o Plenário que decida se deve ou não deve aceitar esta vossa pretensão. -----

Colocou a votação o ponto dois da ordem do dia: "*Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Alijó*", tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 11 abstenções e 22 votos a favor. -----

Interrompeu os trabalhos para a realização de um intervalo. -----
Retomou os trabalhos com a introdução do ponto três da ordem do dia: "*Eleição de quatro elementos e suplentes para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO*". Disse ter conhecimento que os Grupos Municipais chegaram a acordo sobre os nomes apresentados para votação e passou a enuncia-los: Pelo PPD/PSD-CDS.PP, Rui Lopes, pelo PS, Pedro Espírito Santo, e pelo B.E., António Pereira e também António Fernandes pelo PS. Estes seriam os membros efetivos. -----

Os Suplentes Raffaele Batista, pelo PPD/PSD-CDS.PP, Alípio Alves, pelo PS, Eliana Cardoso pelo PPD/PSD-CDS.PP e Joaquim Veloso pelo PS. -----

Colocou a votação o ponto três da ordem do dia: "*Eleição de quatro elementos e suplentes para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO*" tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Introduziu o ponto quatro da ordem do dia: "*27.ª modificação aos documentos previsionais de 2017 para tomar conhecimento*". Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: O ponto quatro consubstancia uma modificação que vem aqui para conhecimento. Portanto, é uma modificação aos documentos previsionais de 2017 que vem aqui para conhecimento, porquanto ela é de competência da Câmara, neste momento está delegada no Presidente da Câmara. -----

Em que é que se consubstancia esta modificação? Tem a ver fundamentalmente com uma verba de um milhão e sessenta e sete mil alocada a projetos a candidatar à medida do PARU, cuja

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

30

execução estava prevista em 2017. Por força de circunstâncias variadas, os projetos nem todos tiveram execução. Mantiveram-se os projetos nos documentos previsionais para 2018 e foi necessário proceder, digamos assim, à correção da receita não recebida em 2017, que deu origem a esta modificação. -----

Consubstancia também o reforço de duas outras rúbricas. Uma delas tem a ver com o pagamento de uma deliberação do tribunal, para pagamento de juros à firma Antero Alves de Paiva. E também para reforço de uma dotação para pagamento da Caixa Geral de Aposentações. É isto, vem à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições para intervenção no ponto quatro. ----- Não havendo inscrições, introduziu o ponto cinco da ordem do dia: *“Moção, enviada pela Assembleia Municipal de Bragança – Produção de Castanha em Bragança”*. -----

Leu a moção enviada pela Assembleia Municipal de Bragança e que fazia parte da documentação enviada aos Srs. Deputados Municipais. -----

Disse ainda que aquela moção era para dar conhecimento à Assembleia e que julgava que esta facilmente se associaria à mesma. -----

Abriu período de inscrições para o ponto cinco, tendo-se inscrito o Sr. Deputado António Fernandes, a quem deu a palavra. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Aqui está uma boa medida e aqui está alguém que faz o seu trabalho quando as coisas correm mal. Eu deixo aqui um repto também a este Município. Porque é que nós também não poderemos fazer coisas do género? Dou o exemplo, arderam os pinheiros. O solo, particularmente a Norte do Concelho é propício à produção de castanha. Porque é que este Município não envereda pela mesma via e, onde arderam os pinheiros, porque não plantar castanheiros e outras árvores. Será uma forma de reflorestar aquela zona que tão afetada foi com esta catástrofe que aqui já foi referida. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu por encerrado o ponto cinco da ordem do dia. -----

Introduziu o ponto seis da ordem do dia: *“Adesão à Associação denominada “Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro”*. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Julgo que será do conhecimento da Assembleia Municipal, que existe uma DOP, uma Dominação de Origem Protegida, do azeite de Trás-os-Montes, denominação essa, cuja área geográfica não inclui a área geográfica do Município de Alijó e de outros Municípios, designadamente da margem Sul do Douro e são Municípios onde a produção de azeite é muito significativa e o produto é de excelente qualidade. -----

Portanto, nasceu, por iniciativa do Município de Tabuaço, a ideia de criar uma Associação que eles designam de Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro, que visa exatamente criar as condições para a defesa deste produto produzido no Douro. -----

Fomos contactados para trabalhar na preparação e instalação desta Associação e, desde logo, convidados para aderir. E assim fizemos. Percorremos todo o caminho até aqui, conjuntamente com um vasto conjunto de outros Municípios. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Desturbrante Património Natural

40
[Handwritten signature]

Esta proposta visa exatamente autorizar a Câmara Municipal de Alijó a aderir, a associar-se a esta Associação, com vista à promoção de tão nobre produto que é o azeite do Douro. Esta proposta esteve em Câmara e vem agora aqui à Assembleia, como disse, para autorização, para aprovação.-----

Devo referir que ainda nem tudo está decidido, designadamente em termos de joia de adesão e da quota anual porque essa decisão será deliberada na primeira Assembleia desta Associação e só aí é que, efetivamente, se poderá tomar uma decisão formal e definitiva relativamente à adesão. Contudo, para não bloquearmos o processo e o Município de Alijó não fique de fora desta Associação e foi este o procedimento adotado por todos os Municípios que vão integrar esta Associação, achámos por bem manifestar o interesse do Município na adesão. Portanto, foi à Câmara e a Câmara pronunciou-se favoravelmente, mas de forma condicionada. E pedia também a esta Assembleia que seguisse exatamente a mesma estratégia, o mesmo raciocínio. Autorizasse a Câmara Municipal a integrar esta associação, ainda que de forma condicionada, ou seja, uma vez fixada quer a joia de adesão, quer a quota anual que o Município venha a ser obrigado a pagar, o processo voltará novamente à Câmara e novamente aqui à Assembleia para autorização definitiva. -----

Portanto, o objetivo aqui é, julgo que todos percebemos isso, não impedir, ou não bloquear o processo em si, na globalidade e permitir que o Município de Alijó integre, desde início, esta Associação. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Cláudio Vilela e António Fernandes. Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. ---

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Breves notas sobre este ponto que a criação da associação do Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro. É claro que o Município de Alijó não poderia ficar de fora desta Associação, porque nós somos parte do coração do Douro, estamos ali expostos e efetivamente é extremamente positiva esta criação porque vai potenciar o azeite da nossa região. -----

Neste caso eu queria apenas destacar os microclimas que o Concelho de Alijó tem que permite a criação de produtos de excelência. E a título de exemplo, vou dar alguns, não fiquem ofendidos os outros, iria referir-me claramente à castanha do Pópulo e de Vila Verde, à laranja de São Mamede, à batata de Vila Chã, à amêndoa de Pegarinhos, sem menosprezar outras Freguesias. -----

Efetivamente é preciso incentivar mais os agricultores neste tipo de produções, porque são produções em pequena escala, mas de grande qualidade e, talvez aqui, possam obter parte do seu sustento. -----

Claro que é extremamente positivo. Vou apenas mencionar a deliberação da Câmara Municipal, claro que aprovou por unanimidade, não poderia ser de outra forma, mas mencionar também a condição de aprovação pela Câmara, do valor correspondente à joia de inscrição e à quota anual que ainda não se encontram fixadas. Acho que quem elaborou os presentes estatutos deveria ter ido mais longe e fixar logo uma joia e uma quota e teríamos um processo mais fácil. Mas no entanto, está muito bem assim e, à posteriori, com certeza que vamos aqui aprovar novamente

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

41

essa adesão, já com a joia de inscrição e a quota anual fixada e esperamos que seja baixa porque efetivamente estas associações não podem levar um valor extremamente elevado porque não é objetivo ter lucros, mas sim promover um produto de excelência. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Só para fazer uma pergunta muito objetiva, mas penso que, com algum sentido. Aqui o que diz é para integrar a Associação denominada Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro, muito bem, não podia dizer o contrário do que disse há bocadinho. Agora, a minha pergunta é, se a associação já existe não podemos ser sócios fundadores, se não existe, se vamos constar como sócios fundadores? Porque isso faz toda a diferença. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: A proposta vem exatamente nesse sentido é que o Município integre e adira a esta Associação como sócio fundador, exatamente isso. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu por encerrado a discussão do ponto seis da ordem do dia: "Adesão à Associação denominada "Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro" e colocou-o a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, condicionada à aprovação pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal do valor da joia de inscrição e da quota anual. --- Introduziu o ponto sete da ordem do dia: "Proposta de revisão do quadro plurianual de programação orçamental". Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Este quadro plurianual de programação orçamental é uma exigência da lei, designadamente da Lei 73/2013, mas que em boa verdade é o primeiro ano que aqui vem. -----

É inócuo. É uma mera formalidade, assim o entendemos, nunca se atualizou, mas este ano de 2018, queremos proceder à sua atualização. -----

Isto é um quadro que prevê, digamos assim, os valores orçamentais para um espaço temporal de quatro anos e que o Município prevê arrecadar, doravante, em 2019, três milhões e duzentos mil por ano, com a particularidade deste ano de 2018, este valor integrar também o saldo transitado do exercício de 2017, ou seja, acrescem cerca de três milhões e duzentos mil que é o saldo que transitou do exercício de 2017. É meramente indicativo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições. Não havendo inscrições colocou a votação o ponto sete da ordem do dia: "Proposta de revisão do quadro plurianual de programação orçamental", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Introduziu o ponto oito da ordem do dia: "4.ª modificação aos documentos previsionais de 2018 – Revisão Orçamental". Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Mais uma vez, esta proposta é também uma novidade em si, porque no Município de Alijó nunca se adotou, porque é costume, como a Assembleia sabe, que os saldos transitados do exercício do ano anterior, sejam integrados, sempre, aquando da apresentação das contas do respetivo exercício na Assembleia anual de Abril. -----

Entretanto, fruto da evolução, quer legislativa, quer de opiniões de especialistas na matéria, está por demais consolidado que é possível integrar nos documentos previsionais do ano em causa o

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

42

saldo transitado do exercício do ano anterior, os tais três milhões e duzentos mil que eu aqui já referi. -----

Portanto, foi exatamente isso que fizemos, foi pegar nos documentos previsionais que esta Assembleia aqui aprovou no final de Dezembro passado, pegar no saldo transitado no exercício de 2017 e integrá-lo nos documentos previsionais. -----

Com certeza que os Srs. Deputados analisaram com a minúcia devida estes documentos, esta integração. Basicamente tratou-se de um reforço, distribuir os três milhões e duzentos mil respetivos ao saldo nos projetos já incluídos e aprovados nesta Assembleia no PPI, com a criação de rubricas específicas que entendemos, fazem sentido para este exercício de 2018. Uma delas e porque se perspetivava que o ano fosse demasiadamente seco e portanto, prevíamos que houvesse algumas dificuldades no abastecimento de água à população, criámos um projeto próprio e dotamo-lo com um valor, exatamente para fazer face a alguma eventualidade que pudesse advir. Felizmente, parece que as coisas se estão a compor e poderá não ser necessário. De qualquer forma fica prevista esta rubrica. -----

Criámos também um projeto novo, que tem a ver com um desejo antigo das nossas corporações de bombeiros em ter um centro de treino que fosse comum a todas as corporações e está também aqui criado esse projeto e com uma rubrica. -----

Reforçámos também o projeto que terá a ver e esse sim terá uma aplicação necessariamente muito substancial, tem a ver com a limpeza das faixas de proteção, tem a ver com a Defesa da Floresta contra Incêndios, as faixas primárias, secundárias e terciárias. -----

E uma ou outra rubrica que entendemos que fazia sentido neste exercício de 2018. Mas estou disponível para responder a qualquer questão que queiram colocar relativamente a esta nossa proposta. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Cláudio Vilela, António Rocha e Márcio Ribeiro. Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. ---

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Em coerência com a votação dos documentos previsionais de 2018, iremos abster-nos também nesta revisão orçamental. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (B.E.): O Sr. Presidente pediu ideias e eu vou já dar-lhe uma ideia. Na minha introdução falei por exemplo no aproveitamento de água em São Mamede, nos depósitos que também o Sr. Presidente falou, está aí uma boa ideia e é um investimento sustentável e que faz muita falta. Portanto, se tiver em consideração, olhe, é uma ideia. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP): Parafraseando o Deputado Cláudio Vilela, direi que a nossa bancada, em coerência com aquilo que foi o nosso sentido de voto aquando da aprovação dos documentos previsionais, votará também a favor disto. -----

Queremos aqui assinalar dois pontos. O primeiro é que se trata da primeira vez em que o Município utiliza esta prerrogativa, legal, de antecipar a incorporação do saldo de gerência do ano transato nas dotações orçamentais dos documentos previsionais, no caso, para 2018, o que costumava apenas acontecer com a aprovação das contas em abril. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

43

Foi-nos também assegurado que, em reunião de Câmara e isso era um pressuposto necessário, já foram aprovados os mapas dos fluxos de caixa relativos ao ano de 2017. Portanto, a legalidade desta incorporação está absolutamente assegurada. -----

O segundo ponto é o de que queremos deixar assinalado que estamos a incorporar um saldo, resultante do exercício anterior, de 3.220,530.90€, o que é algo assinalável, sobretudo para um Município que, nos últimos anos, conheceu as restrições financeiras que este teve. -----

PRESIDENTE DA MESA: Colocou a votação o ponto oito da ordem do dia: "4.ª modificação aos documentos previsionais de 2018 – Revisão Orçamental", tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com nove abstenções e vinte e quatro votos a favor. -----

Introduziu o ponto nove da ordem do dia: *Alteração de despesa dos transportes escolares 2017/2018 – Transportes públicos – Empresa Rodonorte, Transportes Portugueses S.A.*. Deu a palavra à Sr.ª Vereadora Sónia Pires para apresentação do ponto. -----

VEREADORA SÓNIA PIRES: Apenas acrescentar que esta alteração deve-se apenas e só ao facto da alteração da lei, como está anexada aí ao documento e portanto, realmente a nossa despesa altera-se porque o valor de cada passe, neste caso, escolar, é alterado. -----

De forma a esclarecer, notar que realmente, apesar da atualização dos preços, não vai traduzir um aumento da despesa, apenas e só porque houve uma atualização do número de alunos e nós pagamos em função do número de alunos e era nesse sentido. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições. Não havendo inscrições colocou a votação o ponto nove da ordem do dia: *Alteração de despesa dos transportes escolares 2017/2018 – Transportes públicos – Empresa Rodonorte, Transportes Portugueses S.A.*, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Introduziu o ponto dez da ordem do dia: "Proposta de constituição da comissão no âmbito do património municipal". Disse que aquela proposta fora apresentada pelo Bloco de Esquerda, na pessoa do Deputado António Pereira, a quem deu a palavra para fazer a defesa daquela comissão. -----

DEPUTADO ANTÓNIO PEREIRA (B.E.): A documentação já foi distribuída, já houve com certeza oportunidade de se inteirarem da argumentação que fundamenta o aparecimento desta comissão. Nós consideramos que ela é muito importante, no sentido de todos nós, comunidade, podermos contribuir para consciencializar a sociedade e também para aprendermos um pouco sobre os grandes recursos que o nosso Concelho tem a nível do património e de que forma isto pode constituir uma sinergia que seja aproveitada pela via do desenvolvimento turístico, que mais tarde ou mais cedo vai acontecer no território. -----

Há uma imensa quantidade de sítios arqueológicos, alguns deles, se vos disser que, a nível, por exemplo, dos monumentos do período proto-histórico, na região Norte, depois da zona litoral, Minho, Alijó reúne os melhores sítios arqueológicos do período castrejo e que sobre isso se pode fazer, por exemplo, uma rota, com grande repercussão a nível da atratividade turística para esses locais. Alguns deles são muito fáceis até de recuperar, uma vez que têm as muralhas bem preservadas, trata-se às vezes de limpar vegetação, colocar sinalética e aí está um sítio para ser fruído. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

44

Talvez vocês não saibam que a nível do megalitismo que existe em Alijó um espaço, que divide com o Concelho de Murça, que é dos mais interessantes a nível da região Norte e quiçá do país, que são os monumentos megalíticos do Pópulo, que estão também subaproveitados, do nosso ponto de vista. -----

Talvez vocês também não saibam que a nível do Vale do Tua a importância extraordinária que a produção do figo teve durante o século XIX e na primeira metade do século XX, a quantidade de estruturas que ainda lá há, que são por exemplo fornos associados à secagem de figos. -----

Tudo isso constitui na nossa ótica, um conjunto de recursos, neste caso, patrimoniais, mas que associados aos recursos ambientais, poderão constituir uma mais valia para ajudar a dinamizar o turismo no nosso território. -----

Esta comissão tem uma função muito simples. Tem uma função de pretender ser o mais democrática possível, no sentido de cada um poder contribuir. Cada grupo parlamentar pode consultar especialistas, pessoas que se interessem pelos assuntos e cada grupo parlamentar poder contribuir com sugestões que depois serão vertidas num documento final. Esse documento final será transmitido ao Executivo com recomendações e depois o Executivo faz o que bem entender a nível dos investimentos que possam vir a ser feitos neste setor. -----

Está tudo devidamente explicado no documento que foi distribuído que se chama Comissão no âmbito do Património Municipal e portanto, o que eu proponho, é que comecemos então a trabalhar neste assunto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Permitam-me acrescentar que eu julgo que este é mais um desenvolvimento e uma mais-valia para o turismo do nosso Concelho, que tem um potencial enorme e tem muitos constrangimentos e acho que é preciso criar oferta também. -----

Este assunto foi discutido na comissão que esteve envolvida no nosso regimento e na conferência de líderes e houve, por unanimidade, dentro desta conferência de líderes e que eu vou pôr à consideração da Assembleia, a questão da representatividade dos membros nesta comissão. Por um lado quisemos, plena democratização desta comissão, pela abrangência, utilizar um critério de representação, ou seja, cada grupo municipal indicar um membro, portanto estariam três membros por esta via, utilizar o critério de Hondt e daqui resulta dois membros, um da coligação e outro do PS e um membro nomeado pela Mesa. -----

Esta comissão terá seis elementos. Um elemento da Mesa, dois da coligação, dois do PS e um do Bloco de Esquerda. -----

Deu a palavra aos grupos parlamentares para apresentar os elementos a integrarem a comissão. -----

Pelo Grupo Parlamentar da Coligação PPD/PSD-CDS.PP – Afirmar a nossa Terra, foram apresentados os nomes Filipe Pinto e Sónia Quintas, como efetivos e Nuno Jorge e Raffaele Batista, como suplentes. -----

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista foram apresentados os nomes Luís lameiras e Cláudio Vilela como efetivos e Alípio Alves e Elias Eiras como suplentes. -----

Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda foi apresentado António Pereira como efetivo e António Rocha como suplente. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Pela Mesa da Assembleia foi apresentada Denisa Simão como efetiva e José Canelas como suplente.-----

Abriu período de inscrições para se pronunciarem sobre este ponto, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Luís Lameiras, M^a de Jesus Elias, António Rocha e Rui Lopes. Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Queria fazer aqui algumas considerações relativamente à constituição desta Comissão para produzir um trabalho acerca do património, mas também do turismo. -----

Em traços gerais eu congratulo-me com a constituição desta Comissão, espero que o trabalho produzido seja positivo e seja benéfico para o nosso Concelho. -----

O Partido Socialista, pela minha voz, durante os quatro anos anteriores, fartou-se, ou fartei-me, de bater esta questão aqui na Assembleia Municipal. A questão do turismo, a questão de um roteiro turístico, que fala aqui também neste documento de fundamentação. Dei o exemplo de Carrazeda de Ansiães, o que é que fazem nessa matéria. Falei aqui também, também se reconhece que os turistas que chegam ao Pinhão é preciso trazê-los ao Concelho, aos pontos culturais, patrimoniais, gastronómicos, paisagísticos, ambientais, etc., etc.. Reconhece-se tudo isso aqui e se houve pessoas que falaram na urgência de resolver este problema e trazer os turistas ao Concelho e não ficarem só pelo Pinhão, eu fui um deles. -----

Dei também o exemplo da criação de postos de turismo devidamente apetrechados com as novas tecnologias para darem uma informação correta e cabal aos turista e dei o exemplo do Pinhão e da porta de entrada do Vale do Tua e ainda há pouco, a Sr.^a Vereadora que tem o Pelouro do Turismo falou precisamente na inauguração de um posto de turismo no Pinhão e em Alijó. -----

Portanto, isso é a prova provada quer pela fundamentação que consta aqui neste documento para a constituição desta Comissão, quer aquilo que eu fui dizendo ao longo dos quatro anos, há razão em tudo aquilo que se diz nesta fundamentação, mas também em tudo aquilo que eu disse ao longo destes quatro anos. -----

Portanto faço votos para que o relatório final que se venha a produzir seja no sentido de procurar saber de facto aquilo que é preciso fazer para que o património cultural, a cultura e também o turismo possam de facto florescer no nosso Concelho. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra à Sr.^a Deputada M^a de Jesus Elias. -----

DEPUTADA M^a DE JESUS ELIAS: A memória descritiva que serviu de base para esta proposta refere que o património enquanto elemento de identidade cultural pode fixar pessoas e, conseqüentemente, contribuir para dinamizar o Concelho. Acredito que o património tenha esse efeito, mas precisamos de um plano estratégico para a dinamização do Concelho que não passe só pelo desenvolvimento e atração dos turistas, mas também pelo bem estar da população residente que teima em ficar na região, contribuindo para uma menor desertificação e até só por esse motivo merece todo o apoio que se possa dar. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Na minha opinião deveria ser uma discussão aberta com a população e com todos os organismos possíveis, públicos e privados, para que no final surja um estudo de desenvolvimento e de consensos para que seja possível aplicá-lo rapidamente no Concelho. -----
Este plano de desenvolvimento não pode esquecer nunca uma estratégia ecológica, urbana, mobilidade, agrícola, florestal, comercial e industrial. -----

A situação geográfica do Concelho deixou de ser uma marginalidade face aos eixos competitivos e económicos. Temos que fazer das nossas fragilidades valores diferenciadores para captar pessoas. -----

Espero que a comissão a ser eleita faça um bom e célere trabalho. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (B.E.): Tal como nesta Comissão, houve uma outra que foi criada, também não tem suplentes da nossa bancada. Eu prezo muito que o meu amigo António Luís não esteja doente, porque eu quero-o cá e nós queremos-lo cá, mas pode acontecer e ficamos logo sem ninguém, não é? É só um reparo, uma vez que há numa comissão, penso que também deveria haver na outra, suplentes. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD-CDS.PP): É com grande satisfação que também contribuimos para a criação das comissões neste regimento. Dou os parabéns pela iniciativa ao Bloco de Esquerda, mas devo acrescentar que, para além da votação da aprovação desta Comissão, das pessoas e também da duração da mesma. Faz parte do regimento esta Assembleia determinar o tempo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Informou que estava previamente acordado que seria um ano. Informou ainda que a Comissão teria de apresentar numa próxima reunião os cargos, proposta de trabalho, a duração da Comissão e proposta de calendário para apresentação de trabalhos, que podem ser preliminares, mas para chegar a um fim. -----

Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Efetivamente está-se a criar uma situação baseada no regimento. O regimento só entra em vigor amanhã. Da nossa parte não há qualquer obstáculo à situação, é claro. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD-CDS.PP): Não entrando em vigor este regimento também não lugar à criação de uma comissão. Por isso, não estamos a obstaculizar nada. -----

PRESIDENTE DA MESA: Colocou a votação a criação da Comissão e os nomes apresentados, tendo o ponto dez da ordem do dia: "*Proposta de constituição da comissão no âmbito do património municipal*" sido aprovado por unanimidade. -----

Disse ainda relativamente às Comissões ou grupos de trabalhos nomeados e que já foram criados que estas deverão reportar, periodicamente, o trabalho realizado à Assembleia Municipal. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

47

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (B.E.): Sr. Presidente falou-se na comissão mas acho que há aqui uma falha, a parte orçamental para essa comissão poder trabalhar. -----

PRESIDENTE DA MESA: Esta comissão vai fazer a sua avaliação e apresentação e tem, da parte da Câmara Municipal, o apoio logístico que seja necessário, obviamente. Isto já foi discutido com o Sr. Presidente da Câmara e portanto não houve nenhum obstáculo por parte da Câmara, nem em conflito de funções ou de atividade desta Comissão. -----

Introduziu o ponto onze da ordem do dia: "*Moção – Preocupação pela instalação de uma mina de urânio a céu aberto em Retortillo – Espanha, a cerca de 35km da fronteira com Portugal*". Deu a palavra ao Sr. Deputado António Pereira para fazer o enquadramento da moção. -----

DEPUTADO ANTÓNIO PEREIRA (B.E.): Moção: "Preocupação pela Instalação de uma Mina de Urânio a céu aberto em Retortillo - Espanha, a cerca de 35 km da fronteira com Portugal". -----

O Estado Espanhol permitiu à empresa Australiana Berkeley a exploração de urânio na região de Salamanca, junto às populações de Retortillo e Villavieja de Yeltes, a cerca de 35 km da fronteira portuguesa, com esperados impactos transfronteiriços, nomeadamente para as águas do rio Douro que poderão ser contaminadas durante a fase de exploração deste elemento radioativo. -----

Considerando que: -----

1. O processo de licenciamento já se encontra em curso, tendo em conta os trabalhos já realizados no terreno, nomeadamente o abate de árvores e grandes mobilizações de terras; -----
2. Não existe nenhum Estudo de Impacto Ambiental (EIA) em que Portugal tenha participado que esteja em conformidade com a legislação europeia para projetos com impactos comuns em áreas transfronteiriças; -----
3. Não se conhecem as medidas de minimização associadas ao projeto de exploração; -----
4. O projeto criará uma unidade de reprocessamento de urânio e um depósito de resíduos radioativos, em Retortillo, a cerca de 35 km da fronteira portuguesa; -----
5. A exploração mineira de urânio Retortillo-Santidad poderá ter efeitos ambientais graves e significativos num troço alargado do rio Douro, onde se inclui parte do concelho de Alijó, face à distância da fronteira portuguesa, nomeadamente pelo facto do rio Yeltes (que divide a exploração mineira em duas zonas) ser um afluente do Rio Huebra, que por sua vez desagua no troço internacional do Rio Douro. -----
6. O rio Douro disponibiliza água para o abastecimento público a aproximadamente 2 milhões de pessoas, incluído a vila do Pinhão, assim como água para a rega em todo o Douro Vinhateiro; ---
7. Esta decisão unilateral do Estado Espanhol compromete o território Português devido ao uso de um curso de água afluente do Rio Douro para as lavagens do minério para obtenção de urânio;-----
8. Portugal encerrou as suas minas de urânio em 2001 após um século em laboração e desta produção resultou um conjunto de problemas ambientais e de saúde pública muito graves como a morte por doenças oncológicas. -----
9. Portugal vê o seu território do Vale do Douro e as suas populações comprometidas com decisões unilaterais do Estado Espanhol; -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

 48

A Assembleia Municipal de Alijó, reunida no dia 9 de março de 2018, demonstra a sua preocupação pela instalação de uma mina de urânio a céu aberto em Retortillo – Espanha, considerando ser necessário e adequado a realização de um Estudo de Impacto Ambiental conjunto, que envolva as autoridades portuguesas e espanholas, de forma a perceber a viabilidade deste projeto e, caso essa viabilidade exista, as Medidas de Minimização preconizadas para acautelar e/ou tornar nulos os possíveis impactos para a saúde pública das populações que habitam os territórios do Vale do Douro. -----

Enviar a presente moção aos Presidentes dos Municípios ribeirinhos do Vale do Douro que integram a CIM Douro, ao presidente da Associação de Municípios do Douro Superior, ao Presidente da Associação de Municípios do Baixo Sabor, ao Presidente da Comissão de Ambiente da Assembleia da República, aos Deputados da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação da Assembleia da República, ao Ministro do Ambiente e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República. Ao Senhor Presidente da República Portuguesa.

Bloco de Esquerda de Alijó -----

Assembleia Municipal de Alijó, 09 de março de 2018 -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de intervenções, tendo-se inscrito o Sr. Deputado Cláudio Vilela, a quem deu palavra. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Apenas uma pequena nota muito rápida. Efetivamente, a moção foi apresentada hoje, tivemos 10 minutinhos para a ler, se tivéssemos mais tempo, como eu tinha dito há pouco, poderíamos inclusive acrescentar um ou outro contributo que seria também positivo para a moção, no entanto, claro que vamos votar favoravelmente, porque a preocupação também é nossa e dizer o seguinte, no final do texto, onde diz Bloco de Esquerda de Alijó, claro que sendo aprovada por unanimidade, passará a dizer Assembleia Municipal de Alijó para ter força e poder vinculativo. -----

PRESIDENTE DA MESA: É evidente que terá que ser a Assembleia Municipal. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, colocou o ponto onze a votação “Moção – Preocupação pela instalação de uma mina de urânio a céu aberto em Retortillo – Espanha, a certa de 35km da fronteira com Portugal”, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Terminada a ordem do dia questionou se haveria alguém no público para intervir, tendo-se inscrito o Sr. António Lousa a quem deu a palavra.

SENHOR ANTÓNIO LOUSA: Há pouco, o Sr. Presidente, quando eu fiz uma observação por causa do júri do concurso para jurista da Câmara de Alijó disse que eu faltei à verdade. Eu tenho aqui os nomes das pessoas que são o júri. João Nunes, que é o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira de Carrazeda de Ansiães, o Dr. Jorge Laiginhas, o Dr. Francisco Lavrador, Chefe de Divisão Financeira de Valpaços e que tem uma acessória nesta Câmara e o Dr. Mário Pinto. Acho que este é o júri para os juristas. Se alguém está a trabalhar na área, estarei equivocado, peço desculpa. -----

Continuando sobre os incêndios, quando perguntei se as Juntas sabiam e a Assembleia e o Presidente da Câmara, quantos projetos foram aprovados para o Concelho para repor o

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

49

património ardido, eu digo, foram três Sr. Presidente. Eu por acaso fui contemplado. Mas acho que isso é muito mau para o Concelho e vou dizer um exemplo. Tenho pena que o Sr. Presidente da Junta de Pegarinhos tenha ido embora, porque a Câmara de Lousada comprou milhares de amendoeiras em Pegarinhos para oferecer a Pedrógão Grande. O Sr. Presidente da Junta de Pegarinhos vendeu algumas. Para oferecer a Pedrógão Grande. Na zona alta de Alijó arderam milhares de amendoeiras, os agricultores que as quiseram repor tiveram que as comprar.-----

São nesses pequenos pormenores que se vê a solidariedade das pessoas do Concelho. Nós fizemos uma opção de viver cá. Vivemos cá porque gostamos. Obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Questionou o Sr. Presidente da Câmara se queria usar da palavra? ---

Não querendo, deu por terminados os trabalhos agradecendo a presença e participação de todos.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.-----

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 30/04/2018, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa.-----

A MESA

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-09